

HT-194

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

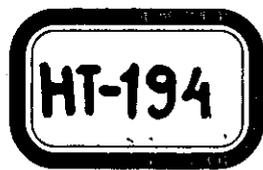
**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS**

**CURSO DE HISTÓRIA**

**TEMA: O REGADIO DE MAFUIANE: Contexto, impacto sócio-económico sobre o sector familiar, 1993-2003**

“Dissertação Apresentada Em Cumprimento Parcial para a Obtenção do Grau de Licenciatura na Universidade Eduardo Mondlane”

**Elaborado por : Rui José da Cunha Sabino**



**Maputo, Maio de 2006**

**UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE**

**FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS**

**CURSO DE HISTÓRIA**

**TEMA: O REGADIO DE MAFUIANE: Contexto, impacto sócio-económico sobre o sector familiar, 1993-2003**

"Dissertação Apresentada Em Cumprimento Parcial para a Obtenção do Grau de Licenciatura na Universidade Eduardo Mondlane"

Supervisor: Prof. Dr. Arlindo G. Chilundo

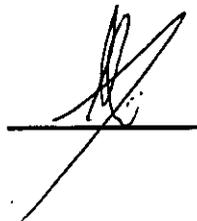
O Juri

Supervisor

Presidente

Oponente

Data



30/06/06

U.E.M. - F.L.C.S.

R. E.	31409
DATA	06, 07, 06
AQUISIÇÃO	06/07/06
COTA	HI-194

## DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada na sua íntegra para a obtenção de qualquer grau, e que a mesma resulta da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes consultadas.

### **Dedicatória**

Dedico esta dissertação à minha família, em especial à minha filha Rilssa Elisabeth da Cunha Sabino, à minha esposa Inês Lúcia Moiane pela paciência e tolerância durante todos estes anos.

# CURRICULUM VITAE

## 1. DADOS PESSOAIS

Apelido: Sabino  
Nome: Rui José da Cunha  
Data de Nascimento: 5/01/76  
Naturalidade: Moçambicana  
Nacionalidade: Moçambicana  
Estado Civil: Solteiro  
Residência: Bairro do Zimpeto Q. 12  
BI nº 110070475L Emitido em 25/10/2005, cidade de Maputo

## 2. EXPERIÊNCIA ACADÉMICA NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

1996- 10<sup>a</sup> Classe- Escola Secundária de Lhanguene  
1997- 11<sup>a</sup> Classe- Escola Secundária Francisco Manyanga  
1998- 12<sup>a</sup> Classe- Escola Secundária Francisco Manyanga  
2001- Ingresso na UEM

## 3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- Funcionário da Direcção Provincial do Plano e Finanças de Maputo desde 1999, afecto no Departamento de Contabilidade Pública, Secção do Visto, como Técnico de Orçamento e Contabilidade Pública. Participou no curso de informática em 1999, no curso de verificação dos processos para o Visto ( de 26/02/01 a 02/03/2001) e curso de Atendimento Público em 2002, ao nível do Ministério do Plano Finanças.

## 4. LÍNGUAS FALADAS

- Português
- Inglês
- Francês ( razoavelmente)
- Ronga

## 5. CONTACTO

CEL. 824024094

MAPUTO, AOS 26 DE MAIO DE 2006

### **Agradecimentos**

Este estudo é resultado de um esforço conjunto de diversas pessoas e instituições que directa ou indirectamente deram o seu contributo.

Em primeiro lugar gostaria de expressar especial agradecimento à minha mãe Rosalina Jopela, pelo apoio e educação ao longo da minha vida.

Expresso incoparáveis e sinceros agradecimentos ao meu supervisor, o Prof. Doutor **ARLINDO G. CHILUNDO** pelas críticas, sugestões, dinamismo, inspiração, encorajamento e sobretudo pela paciência que teve durante o acompanhamento da elaboração do trabalho. Sinceros agradecimentos vão para o Prof. Dr. David Hedges, pelo acompanhamento inicial aquando da escolha do tema.

Gostaria também de deixar enorme gratidão aos camponeses de Mafuiane e ao pessoal técnico do MADER: aos técnicos extensionistas Alberto e Horácio Langa, ao Eng. Aurélio Nhambete, Eng. Guerras, ao Sr. Amiel pela sua contribuição na disponibilização do material.

Endereço igualmente agradecimentos aos restantes docentes e colegas do Departamento de História, os quais juntos compartilhamos ideias e críticas ao longo do curso.

## Abreviaturas

ACNUR- Alto Comissariado das Nações Unidas Para os Refugiados  
AHM- Arquivo Histórico de Moçambique  
ARA-SUL- Administração Regional de Águas - Sul  
ARMAF- Associação dos Regantes de Mafuiane  
BASIS- Broadening Access and Strengthening Input Market Systems  
BR- Boletim da República  
CDA- Centro de Documentação Agrária  
CEA- Centro de Estudos Africanos  
CMC- Cooperativa Muratori & Cementisti  
DDADR- Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Namaacha.  
DNA- Direcção Nacional de Águas  
DNHA- Direcção Nacional de Hidráulica Agrícola  
DPADR- Direcção Provincial de Agricultura e Desenvolvimento Rural  
FAEF- Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal  
FAO- Fundo das Nações Unidas Para a Alimentação  
FDHA- Fundo Para o Desenvolvimento de Hidráulica Agrícola  
FLCS- Faculdade de Letras e Ciências Sociais  
FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique  
HIDROGEST- Empresa de Gestão Hidráulica  
INIA- Instituto de Investigação Agronómica  
MADER- Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural  
NET- Núcleo de Estudos de Terra  
ONG- Organização Não Governamental  
PNUD- Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento  
PDP- Programa de Reconstrução Nacional  
PRE- Programa de Reabilitação Económica  
PRN- Programa de Reconstrução Nacional  
"PRORURAL"/PDRI- Programa de Desenvolvimento Rural Integrado  
RENAMO- Resistência Nacional de Moçambique  
SEHA- Secretaria de Estado de Hidráulica Agrícola  
SIP- Sistema de Intervenção Prioritária  
SOGREAH- Société Grenobloise d' Etudes et d' Applications Hydrauliques  
UEM- Universidade Eduardo Mondlane

## Cronologia

1977- Realização do III Congresso da FRELIMO; directivas económicas e sociais baseadas na socialização do campo (Bowen, 2000, p. 54).

1978- Formação da primeira Aldeia Comunal de Mafuaine, no âmbito da política de socialização do campo, (SEHA, 1988, p.24).

1981-3- Novo processo de povoamento na região do Vale do Umbelúzi em virtude da construção da Barragem dos Pequenos Libombos, Aldeia de Massaca I e II e Mafuiane, (Adam, 1996, p.95); (Tembe, Joel Das Neves e Baloi, A, 2001, p.5); Realização do Quarto Congresso da FRELIMO.

1984- Primeiro ataque da RENAMO à região de Boane e aldeias ao redor da Barragem dos Pequenos Libombos, (Adam, 1996, p. 212.)

1985- Moçambique alia-se às instituições da Bretton Woods, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, ( Abrahamsson e Nilsson, 1995, p. 10)

1987- Introdução do primeiro Programa de Ajustamento Estrutural (PRE) e aumenta ajuda externa a partir de ONGs ( Bowen, 2000, p.189-198)

1989- Realização do V Congresso da FRELIMO. Apelo à ajuda de emergência devido à seca e a guerra ( Partido FRELIMO, 1989); introdução do PDP e PRN para a reconstrução das zonas rurais, em particular o sector agrário, ( Abrahamsson e Nilsson, 1994, p. 243-8); acordo para a implementação do programa PRORURAL entre o Governo moçambicano e italiano, para instalação de infra-estruturas incluindo 450 ha de regadio nas área de Massaca e Mafuiane ( PRORURAL, 1990, p. 4-5).

1990- Cerca de 180 homens de Mafuiane estavam afectos na Pedreira de Mafuiane, (idem, p.36)

1992- Pouco menos de 6500 ha eram cultivados pelos diferentes sectores, existindo uma imensa área não cultivada devido a guerra, ( PRORURAL, 1996 ); início dos estudos para a instalação das infra-estruturas de rega nas areas de Mafuiane e Massaca, levados a cabo pelo INIA, ( Bokde e Irrigh, 1997, p.6); Acordo Geral de Paz, regresso maciço de refugiados e deslocados de diversas origens à região de Mafuiane (Tembe, Joel Das Neves e Baloi, A, 2001, p.5); início do parcelamento das terras de sequeiro ( em 0,64 ha) pelos camponeses de Mafuiane ( República de Moçambique e República Italiana, 1998, p.7)

1993- Início da primeira campanha agrícola em regadio, ( idem, p.7); Gestão do regadio pelo Projecto PRORURAL até 1997.

1994- Início do funcionamento da Casa Agrária; introdução do sistema de parcelas demonstrativas para a capacitação dos regantes, ( PRORURAL/ PDRI, 1996, p.27-8); reconhecimento da ARMAF pelo BR nº 52 III Série de 18/08/94.

1997- Final do Projecto PRORURAL e entrega da gestão do regadio à ARMAF, (entrevista com a direcção da ARMAF); a água passou a custar 125.000,00Mt, ( Checo, 1997, p23); a ARMAF evitou a expulsão de membros por não pagamento de água e tolerava a transacção de parcelas, ( República de Moçambique e República Italiana, 1998, p.45)

1998- Entrega total das infra-estruturas de rega à ARMAF, (entreviata com Alberto, Mafuiane, 26.01.06); a ARMAF acabou com a acção proteccionista e passou a expulsar

de facto os camponeses que não procediam ao pagamento de água dentro do regadio, ( República de Moçambique e República Italiana, 1998, p.45)

2000- A água passou a custar 180.000,00 Mt (Tembe, Joel das Neves e Baloi, A, 2001, p.12)

2003- São discutidas as reformas do sector hidro-agrícola para a capacitação das associações de regantes com vista a uma melhor conservação das infra-estruturas de rega, sobretudo as do sector familiar, (MADER, 2003).

## Resumo

O Regadio de Mafuiane foi instalado para responder à situação de emergência criada pela seca, guerra, na esperança de incrementar os rendimentos das famílias camponesas da aldeia.

O presente estudo analisa o impacto sócio-económico da instalação do regadio no seio das famílias camponesas, culturalmente habituados à prática de agricultura de sequeiro.

A infra-estrutura de rega foi instalada por um projecto Moçambicano / Italiano ( PRORURAL/PDRI), que vigorou de 1992/3 até 1997. Durante este período, os camponeses se beneficiaram da distribuição subsidiada de insumos agrícolas, créditos e serviços de extensão levados a cabo pela Casa Agrária construída para o efeito. Com o término do projecto em 1997, a gestão do regadio ficou a cargo da Associação dos Regantes de Mafuiane. Esta passou a responsabilizar-se pela manutenção e conservação do regadio e pela garantia da continuidade da produção agrícola. Habituados aos subsídios concedidos pelo projecto, e porque a maioria das famílias camponesas se caracterizava por uma elevada debilidade económica, não puderam proceder devidamente ao pagamento das taxas de água, o que levou à debilidade económica da Associação. Com as dificuldades verificadas dentro do regadio, a Associação começou a confiscar as parcelas dos camponeses devedores, ou estes procediam ao trespasse das parcelas para camponeses mais capacitados, muitas vezes provenientes de fora do contexto rural da região. A perda de parcelas por parte dos pioneiros do sistema de rega culminou com o assalariamento destes, uma situação que teve efeitos imediatos: sinais de deterioração das infra-estruturas de rega, uma vez estes já concentravam a sua atenção para a machamba de sequeiro ou outras actividades extra-agrícolas.

## Índice:

### Capítulo I:

1.1. Introdução .....	1
1.2. Objectivos do estudo .....	2
1.3. Justificação da escolha do tema.....	2
1.4. Justificação das balizas cronológicas.....	3
1.5. Conceptualização.....	4
1.6. Metodologia do trabalho.....	6
1.7. Recensão bibliográfica.....	7

### Capítulo II: Principais Factores Limitantes à Produção Agrícola na aldeia Comunal de Mafuiane, até 1992/3.

2.1. Caracterização espaço-geográfica da região.....	12
2.2. Características climatéricas.....	12
2.3. Características pedológicas.....	13
2.4. A política de socialização do campo do pós independência e sua incidência sobre o sector familiar.....	15
2.4.1. O processo de socialização do campo no Vale do Umbelúzi (Boane).16	
2.5. O desenvolvimento da actividade agrícola na aldeia Comunal de Mafuiane, até 1992.....	17
2.6. A guerra de destabilização e o seu alcance na actividade agrícola de Mafuiane 1983/4-1992.....	20
2.7. Os programas de ajuda de emergência e ao desenvolvimento em Moçambique 1983-1992.....	24
2.7.1. A ajuda externa à aldeia Comunal de Mafuiane.....	26

### Capítulo III: O estabelecimento do Regadio de Mafuiane e impacto sócio-económico sobre o sector familiar, 1993-2003.

3.1. A instalação das infra-estruturas de rega.....	29
3.2. Período da gestão do regadio pelo projecto PRORURAL, 1993-1997.....	30
3.2.1. O papel da Casa Agrária na capacitação e assistência técnica para maneio e prática de cultivo em regadio.....	30
3.2.2. A produção agrícola e os factores de produção.....	33
3.2.2.1. A utilização da terra e água.....	33

3.2.2.2. A disponibilidade de mão-de-obra e sua relação com a comercialização de culturas agrícolas.....	36
3.2.2.3. Avaliação do período da gestão do regadio pelo projecto PRORURAL.....	38
3.3. O final do projecto e entrega da gestão do regadio à Associação dos Regantes de Mafuiane ( ARMAF), 1997- 2003.....	41
3.3.1. A utilização da terra e água pelas famílias camponesas.....	41
3.3.2. A extensão agrícola durante o período da ARMAF.....	45
3.3.3. O processo de comercialização agrícola.....	45
3.3.3.1. A transação de parcelas e o assalariamento da mão-de-obra familiar camponesa.....	48
3.3.4. A valiação do período da gestão do regadio pela ARMAF.....	51
4. As reformas do sector hidro-agrícola e sua incidência para os regadios de pequena escala.....	55
5. Conclusão.....	58
Fontes Consultadas	

**Lista de tabelas:**

1. Tabela 1. Tipologia de preparação do solo no regadio de Mafuiane, 1995-1997 em %
2. Actividades desempenhadas pelas famílias camponesas do regadio em %

**Lista de anexos:**

1. Mapas: Áreas para intervenções prioritárias do projecto PRORURAL
2. Mapa de algumas infra-estruturas reabilitadas e construídas pelo projecto PRORURAL
3. Mapa de localização do regadio de Mafuiane
4. Evolução dos custos económicos da exploração das parcelas (1993-2003)
5. Composição da ARMAF
6. BR nº 52, III Série de 18/8/94.
7. Tabela: Mudança de títulos de propriedade de parcelas dentro do regadio (1997-1998)
8. Guião de entrevistas.

## CAPÍTULO I

### 1.1. Introdução

A instalação de sistemas de regadio tal como a maior parte de infra-estruturas hidro-agrícolas nos países africanos em via de desenvolvimento, e em particular em Moçambique, insere-se nos programas de melhoria e disponibilidade de alimentos para populações em grande crescimento e enfrentando situações de emergência criadas pela guerra, instabilidade, seca, políticas governamentais e outros limitantes à produção agrícola. Por essa razão, uma das soluções encontradas para responder a estes problemas foi a intensificação da produção e comercialização de culturas agrícolas irrigadas.<sup>1</sup>

No Vale do Umbelúzi, o Governo da Província de Maputo, em parceria com organizações não governamentais, encetou esforços no sentido de promover projectos de empreendimentos visando a erradicação da pobreza aproveitando as potencialidades dos rios Maputo, Umbelúzi e Tembe.<sup>2</sup> Assim, o regadio de Mafuiane constituiu um projecto de irrigação de pequena escala, construído no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural Integrado ( PRORURAL/ PDRI), na Província de Maputo, acordado entre o Governo da República de Moçambique e a Direcção Geral da Cooperação Italiana, com a finalidade de permitir um melhoramento significativo da produção agrícola das famílias da aldeia de Mafuiane.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Ferrão, M. (1992), "O Regadio Como Processo de Aumento de alimentos. Uma Alternativa à Destruição dos Recursos Naturais nos PVD", In: Ferrão, M. (Coord.): *Agricultura e Desertificação*. Lisboa: AIJE.p.165-70.

<sup>2</sup> Cabral, F, (2000), (dir): *Revista Empresas: Soluções e Negócios*, Maputo.

<sup>3</sup> Bila, L, (1993): "Análise da Produção Agrícola no Regadio de Mafuiane", (Tese de Licenciatura, Maputo: UEM/FAEF).p.1

## 1.2. Objectivos do estudo:

- Avaliar os factores ambientais, sócio-económicos e políticos que limitaram a produção agrícola na aldeia de Mafuiane antes da instalação do regadio e perceber até que ponto a instalação do sistema influíu na vida sócio- económica do sector familiar.
- Explicar de que maneira a Casa Agrária capacitou os camponeses numa agricultura irrigada e como auxiliou os mesmos em insumos agrícolas; explicar qual foi a dinâmica da produção agrícola após a formação da Associação de camponeses para gestão e conservação do regadio.

## 1.3. Justificação da escolha do tema

A escolha do tema deve-se, em primeiro lugar, ao facto de existirem poucos estudos publicados relacionados com aspectos sócio-económicos do regadio de Mafuiane, exceptuando as dissertações da Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, artigos, estudos ou relatórios de instituições governamentais, o caso do MADER, e ONGs, a Cooperação Italiana<sup>4</sup>.

Em segundo lugar, e de acordo com Castel-Branco<sup>5</sup>, a análise do problema agrário em Moçambique é fundamental porque 85% da população vive no campo, da qual 2/3 vive abaixo da pobreza absoluta. Os camponeses produzem 70% da produção agrícola

---

<sup>4</sup> Por outro lado Adam, Y, (1996): "Trick a Treat: Relations Between Destabilization, Aid and Government Policies in Mozambique, 1975-1990", (A Dissertation Submitted for the PhD Degree in Developments Studies), Roskild University, p.205, observou que as companhias italianas não tem muitos dados sobre os seus empreendimentos em Moçambique, apenas nos escritórios centrais de Roma.

<sup>5</sup> Castel-Branco, C, (1994): "Estratégias do III e IV Congressos da FRELIMO e a Estrutura Agrária", in, Castel-Branco, C, (Org.), *Moçambique: Perspectivas Económicas*, Maputo: UEM/FFE. p. 31.

comercializada, e constituem a principal fonte de acumulação nacional. Deste modo, e tendo em consideração a importância geográfica da região de Mafuiane no fornecimento de culturas alimentares às cidades de Maputo e Matola, sobretudo após a instalação do regadio entre 1992-1994, é importante contribuir com mais um estudo sobre as condições de produção dos camponeses, tornando o estudo ao mesmo tempo um instrumento essencial para:

- a avaliação profunda sobre o impacto dos sistemas de rega a nível social, económico e ecológico;
- o conhecimento dos constrangimentos e benefícios resultantes dos processos de distribuição de terras irrigadas aos camponeses por intermédio de projectos de desenvolvimento agrícola.

#### **1.4. Justificação das balizas cronológicas**

A escolha do ano 1993 prende-se com o facto de ser o período em que se iniciou a produção agrícola do regadio na campanha agrícola 1993/94. Também marca o início do parcelamento de terras de sequeiro em pequenas unidades de 0,64 ha, beneficiando não só os donos dessas mesmas terras, como também a outras famílias da aldeia<sup>6</sup>.

No ano de 2003, foram anunciadas pelo MADER reformas para os regadios de pequena escala com especial destaque para o sector familiar. No âmbito destas mudanças, a DNHA e o FDHA, em parceria com organizações não governamentais, a Cooperação Italiana e o FAO, iriam assegurar a participação do sector familiar na gestão e

---

<sup>6</sup> República de Moçambique e República Italiana, (1998), Programa de Desenvolvimento Rural Integrado na Província de Maputo – Umbeluzi – Tembe. “Relatório Final de Monitoragem Sócio – Económica dos Regadios de Mafuiane e Massaca – Período de “ Novembro 95 – Outubro 97, p. 7

conservação das infra-estruturas de rega, através da formação, capacitação e dinamização de associações de camponeses<sup>7</sup>.

### 1.5. Conceptualização

Para a presente dissertação iremos apresentar alguns termos particularmente importantes para a sua compreensão.

O primeiro conceito por definir é o de *desenvolvimento*. O conceito de desenvolvimento é dinâmico e de múltiplas definições, pelo que não existe uma definição aceite por todos. Simão<sup>8</sup>, citando Adam (1996), salienta que o conceito necessita de ser definido nos seguintes termos: acesso universal à saúde, habitação permanente, alimentação, água e ar não poluídos; melhorias no aproveitamento dos recursos básicos; harmonia entre indivíduos, a família e a sociedade.

Esta definição parece-nos adequada para o estudo na medida em que contém os principais componentes para a existência de segurança alimentar num determinado espaço geográfico, quer dizer é o desenvolvimento que leva o bem estar até às comunidades.

O outro conceito a ser definido é o de *sector familiar*. Segundo Negrão<sup>9</sup>, o conceito de sector familiar surge na agricultura durante o período colonial visando distinguir o “sector moderno”, considerado mais evoluído e praticado por colonos, do “sector tradicional”, considerado atrasado e constituído por camponeses.

Cardoso designa de sector familiar,

---

<sup>7</sup> MADER, (2003), Seminário de Dinamização do Sector de Hidráulica- agrícola : Caracterização Geral e Perspectivas, Maputo: DNHA, pp. 4-7.

<sup>8</sup> Simão, F, (2001). “O Projecto de Desenvolvimento Agrário de Inhassune/Ramalhusca: contexto e impacto sócio-económico, 1980-1999”, UEM/FLCS. ( Tese de Licenciatura). P.7.

<sup>9</sup> Negrão (2001): *Cem Anos de Economia da Família Rural Africana*. Maputo: Promédia. pp. 2 e 17.

O conjunto de unidades económicas utilizando essencialmente o trabalho familiar na produção, fazendo parte de sistemas económicos mais vastos e parcialmente integrados em mercados que tendem a funcionar com um elevado grau de imperfeição<sup>10</sup>.

Nesta definição Cardoso inclui, para além dos camponeses, outras categorias de produtores familiares agindo nas áreas rurais, por exemplo, artesãos, pequenos proprietários não registados em forma empresarial, pescadores e outros.

Esta definição adequa-se ao sector familiar do regadio de Mafuiane, pois, este é constituído fundamentalmente por uma diversidade de unidades económicas, dentre as quais podem se mencionar: camponeses, criadores de gado, pescadores, artesãos, assalariados, emigrantes, comerciantes informais, tendo todos se integrado no projecto aquando do parcelamento das terras de sequeiro pelo programa PRORURAL em 1992/3<sup>11</sup>.

No entanto, estas categorias não estão dissociadas umas das outras em matéria de força de trabalho e orientação da produção. Contudo, devido a heterogeneidade e à dinâmica do sector familiar no regadio de Mafuiane, usaremos também o termo *famílias camponesas*, baseando-nos na definição de Negrão<sup>12</sup>, na qual considera de *camponeses* aqueles que tem a posse da terra, ou alugam-na e tem relações com o mercado. A proposta para a inclusão deste termo, surge do facto de também Cardoso<sup>13</sup> considerar o conjunto de *unidades camponesas* de sector familiar.

---

<sup>10</sup> Cardoso, F, (1993): *Gestão e Desenvolvimento Rural: Moçambique no Contexto da África Sub-sahariana*, Lisboa: Coleção Estudos sobre África 7. p. 41

<sup>11</sup> República de Moçambique e República Italiana, 1998, pp. 7 e 38.

<sup>12</sup> Negrão, 2001, p. 272.

<sup>13</sup> Cardoso, F, 1993, p. 40.

## 1.6. Metodologia de Trabalho

Aplicou-se a seguinte metodologia para a elaboração do trabalho:

- a) **Pesquisa Bibliográfica** que consistiu na consulta de documentação escrita no NET, AHM, CEA, MADER( CDA, INIA, DNHA, FDHA), Ministério do Plano e Finanças e Respectiva Direcção Provincial do Maputo, outras Bibliotecas da UEM( FAEF, FLCS). Ela incluiu também a consulta à documentação diversificada que abrangeu vários artigos, teses, revistas, legislação (BR) e mapas.
- b) **Realização do Trabalho de Campo** que consistiu basicamente nas entrevistas semi-estruturadas e observação participante. Para além dos camponeses directamente inseridos no sistema de regadio, privilegiou-se o pessoal técnico do MADER, a direcção da ARMAF e outros intervenientes.

O trabalho foi dividido em três capítulos:

- ( I ) *O primeiro capítulo* apresenta o tema em estudo, a introdução, a delimitação temporal e espacial, os objectivos do estudo, a pertinência do estudo e a recensão bibliográfica.
- ( II ) *O segundo capítulo* focaliza em forma de contextualização os principais factores limitantes à produção agrícola na área de estudo, destacando as características espaço-geográficas ( clima e solos). Destaca-se também as políticas governamentais traçadas e a guerra de desestabilização.
- ( III ) *O terceiro capítulo* aborda sobre o estabelecimento do regadio e subdivide o impacto sócio- económico do sistema de regadio em dois períodos: o período da gestão do regadio pelo projecto PRORURAL, 1993-1997/8 (destacando-se o papel

desempenhado pela Casa Agrária), e o período da gestão do regadio pela ARMAF, 1998-2003.

Constituiu constrangimento para a realização do trabalho, a escassez de dados numéricos relacionados com as quantidades de culturas agrícolas produzidas pelo sector familiar no período anterior ao estabelecimento do regadio e no período da gestão deste pela ARMAF.

Contudo, estudos efectuados no período anterior ao estabelecimento do regadio, demonstraram apenas a dimensão do espaço ocupado pelas culturas, mas não exactamente as suas quantidades. Deste modo, para este período, tivemos de trabalhar com dados da SEHA, os quais demonstram o espaço utilizado pelo sector familiar para o cultivo de diversas culturas.

Durante a gestão do regadio pela ARMAF, não foi possível apurar dados relativos ao regadio, mas sim relacionados com o balanço geral das colheitas ao nível do Distrito de Namaacha. Assim, recorreremos aos dados fornecidos pela Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Namaacha.

### **1.7. Recensão Bibliográfica**

A instalação dos sistemas hidro-agrícolas em Moçambique durante o período pós colonial visava responder a situações de secas prevaletentes, a situações de carência alimentar provocada pela guerra, e sobretudo para responder à escassez de terra arável, devido às condições pedológicas de algumas regiões do país.

Na presente dissertação pretendemos estudar a influência da seca, das condições pedológicas, carência alimentar, até à necessidade de instalação dos sistemas de rega, e

avaliar o seu impacto sócio-económico sobre o sector familiar da aldeia de Mafuiane, entre 1993-2003.

As obras de Jeminez et al (1990), Vilanculos e Serno (1993), Luís (2003) e Pinto Pires (1995), ilustram claramente como as condições ambientais da área de estudo não permitem a produção agrícola capaz de responder a seca prevalecente na região. Estes autores evocam a composição dos solos, a baixa pluviosidade em regime de sequeiro, como os factores responsáveis pela baixa produção agrícola daí a necessidade da instalação dos sistemas de rega.

Em adição a estes factores geográficos e naturais, a política de socialização do campo emanada no III Congresso da FRELIMO em 1977, a guerra de desestabilização também manifestaram-se de modo particular para a insegurança alimentar na região.

A obra de Casal (1996), Egero (1992), os estudos do SEHA (1988), a tese de Adam, (1996), são referências indispensáveis para a compreensão dos factores que concorrem para a insegurança alimentar na região de estudo, pois, estes autores analisam como as populações foram aglomeradas para responder ao desenvolvimento económico baseado no investimento estatal. Para além disso, reportam como a guerra veio a agravar as condições de produção das famílias camponesas, ao impedi-las de produzir nas suas zonas de origem ou nas zonas onde foram concentradas no âmbito da política do Estado.

Porque a guerra se alastrava continuamente, as populações procuravam refugiar-se nas regiões "seguras", culminando com a sua movimentação, caracterizada pelo abandono periódico das machambas e aumento demográfico em certas zonas. Este aspecto foi

estudado por Adam, (1996), PRORURAL/PDRI (1996), Tembe, e Baloi, (2001), Abrahamsson e Nilsson, (1994), ao verificarem que com o aumento demográfico nas regiões “seguras”, as famílias não faziam a rotação das culturas, culminando com a erosão dos solos, e sua subsequente infertilidade.

Porque a conjugação destes factores ( fraca pluviosidade, guerra, erosão dos solos, e outros), criara uma situação de emergência, o Estado procurava parcerias para a dinamização das zonas rurais. Os investimentos para o efeito, foram disponibilizados pelas ONGs estrangeiras, como demonstraram Abrahamsson e Nilsson (1994), Bowen (2000), Adam (1996), e os relatórios da PRORURAL (1990 e 1991). Estas parcerias, foram consolidadas após o AGP em 1992. Com a paz, começou a verificar-se continuamente o aumento demográfico em Mafuiane, facto que despertou a necessidade de instalação de infra-estruturas sócio-económicas. A instalação do regadio foi uma destas estratégias para o rápido desenvolvimento da região.

Alguns estudos foram realizados no âmbito da cooperação entre a República de Moçambique e a República Italiana, para a instalação do regadio em 1992. Bokde e Irrigh (1997), os relatórios da PRORURAL (1996 e 1998), isto é, o draft e o respectivo relatório final, respectivamente, algumas teses da FAEF debruçam-se sobre alguns aspectos relacionados com a instalação do regadio.

O regadio teve um duplo impacto para os camponeses de Mafuiane. Assim, para melhor compreensão do problema, dividimos o estudo em dois períodos. O primeiro relaciona-se com aquele em que o regadio ficou sob a gestão do projecto PRORURAL (1992/3-1997), e o segundo foi aquele em que a gestão do regadio foi entregue à ARMAF (1997/8-2003).

Para a percepção do impacto sócio-económico do estabelecimento do regadio sobre as famílias camponesas durante os dois períodos, destacaram-se algumas obras particularmente importantes pelo volume de informação disponibilizada. Tratando-se de obras que tratam o assunto de forma multidisciplinar<sup>14</sup>, tivemos que confrontar todos os aspectos relacionados com o assunto. Assim, as teses da FAEF, nomeadamente, Zandamela (1999), Checo (1997), Luís (2003), embora se debrucem na sua maioria sobre aspectos tecnológicos, foram de extrema importância, no que respeita ao nível de assimilação dos camponeses, a forma como estes se relacionaram com uma infraestrutura daquela dimensão, numa região predominantemente dominada pela cultura do sequeiro.

A avaliação profunda dos dois períodos foi nos facultada pelos relatórios, teses e alguns estudos. Deste modo, o primeiro período foi aquele em que os camponeses conheceram uma melhoria significativa na sua produção em virtude do apoio prestado pelo Projecto. O relatório final República de Moçambique e Réplública Italiana (1998), o artigo de Vijfhuizen (2001) e a tese de Munguambe (2005)<sup>15</sup>, a tese de Bila (1999), ilustram que com o início da produção, a Casa Agrária subsidiava os insumos agrícolas aos camponeses, o que lhes proporcionava uma certa margem de rendimentos.

O segundo período relacionou-se com o final do Projecto e entrega da gestão do regadio à ARMAF, o que significou o final dos subsídios da Casa Agrária. Para a reconstrução deste período, destaque vai para o estudo levado a cabo por Tembe e Baloi<sup>16</sup>, pois, estes autores ilustraram muito bem como as famílias camponesas eram retiradas das suas terras

---

<sup>14</sup> Aspectos tecnológicos, sociais, económicos, e outros.

<sup>15</sup> Embora abordem sobre o regadio de Massaca

<sup>16</sup> No âmbito da pesquisa solicitada pela BASIS em 2001.

por falta de pagamento das taxas de água. Por outro lado, os autores tiveram o mérito de apurar os conflitos que passaram a surgir entre a ARMAF e os utentes do regadio, assim como a sua debilidade económica para manter a produção em regadio, devido à fraca participação dos camponeses e retirada dos subsídios. Relacionando o estudo efectuado por estes autores com as entrevistas, concluiu-se que o segundo período foi aquele em que começou a evidenciar-se a deterioração do regadio.

Para a percepção das causas que levaram ao mau uso do regadio, escolhemos alguns estudos que se debruçam sobre a gestão e conservação dos recursos naturais. Chilundo (1998), por exemplo, evoca os efeitos da guerra e o ambiente urbano, de facto muitos camponeses não tiveram acesso à educação devido a guerra. Também, com o desânimo dos camponeses autóctones, o regadio era frequentado por “camponeses” da cidade.

Por seu turno, Nhalívilio (2001), Pinto Pires (1995), evocam a deficiência dos serviços de extensão agrícola e a fraca participação da mulher na divulgação de informação e tecnologias.

Opinião contrária foi partilhada por Tique (2001) e Vijfhuizen (2001), ao evocarem as relações de género no acesso a terra, como sendo as que provocam diferenciação nos rendimentos, regalias entre homens e mulheres. A prática de agricultura em regadio foi vista como actividade secundária pela maioria dos homens<sup>17</sup>, que preferiam emigrar e abandonar as terras deixando-as com as suas esposas e filhos.

---

<sup>17</sup> Não oferece regularidade de rendimentos comparativamente a outras actividades extra-agrícolas, como por exemplo, a emigração ou assalariamento em empresas privadas nas proximidades.

## **CAPÍTULO II: PRINCIPAIS FACTORES LIMITANTES À PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA ALDEIA COMUNAL DE MAFUIANE ATÉ 1992/3.**

### **2.1. Caracterização espaço geográfica da região**

O regadio de Mafuiane situa-se na região do Baixo Umbelúzi, na aldeia de Mafuiane, a cerca de 35 Km a sudoeste da cidade de Maputo, fazendo fronteira a sul com o distrito de de Boane, logo à entrada do Distrito de Namaacha<sup>18</sup>.

Tem a sul a Vila de Boane, a nordeste as aldeias de Massaca I e II e a Barragem dos Pequenos Libombos, entre as latitudes de 26° 01 27" e 26° 03 21" Sul, Longitude 32° 13 11" e 32° 16 00" Leste, numa área plana das encostas dos Pequenos Libombos.<sup>19</sup>

### **2.2. Características Climáticas**

De forma generalizada, o clima da região do Baixo Umbelúzi, segundo a classificação de Koppen é tropical húmido e a temperatura mostra variações de 20 a 25°C no tempo chuvoso e 18°C na época seca.<sup>20</sup> Nesta região, a probabilidade de chuvas é menor para o desenvolvimento das culturas, tanto de subsistência assim como de rendimento, o que significa que a implantação de uma cultura comporta muitos riscos para o seu desenvolvimento.<sup>21</sup>

---

<sup>18</sup> André, H, (1993): "Actividades Alternativas á Machamba Familiar: Sua Contribuição Relativa no Rendimento de Famílias Camponesas Lideradas por Homens e nas Lideradas por Mulheres, Aldeia de Mafuiane", ( Tese de Licenciatura, Maputo: UEM/FAEF), p.3. vide mapas em anexo.

<sup>19</sup> Luis, T, (2003): "Sistemas de Uso de Terra em Mafuiane e Massaca," ( Tese de Licenciatura, Maputo: UEM/FAEF), p.4.

<sup>20</sup> Tembe, Joel das Neves e Baloi, A, (2001): Water Access, Policies and Irrigation Schemes Management in Mozambique: A Case Study of Umbeluzi Basin. Maputo: UEM/NET, p. 5.

<sup>21</sup> Jimenez et al, (1990): "Estudo preliminar do Sistema de Produção na Região do Umbelúzi: Apoio ao Desenvolvimento da Investigação Agrícola", Documento do Campo n° 3, Maputo" INIA, p. 10.

Na área de Mafuiane a precipitação média anual é de 678,6 mm, sendo o mês de Janeiro com a precipitação mais alta, cerca de 126,5 mm, e Agosto com precipitação mais baixa, cerca de 13,6 mm. Assim, as culturas crescem normalmente nos meses de Outubro/Novembro e Março/Abril. Todavia, concluiu-se que a quantidade de água fornecida pela pluviosidade não é suficiente para o crescimento adequado das culturas, daí que o projecto de irrigação tornar-se primordial.<sup>22</sup>

Dadas as condições climatéricas, a maior parte da produção realiza-se em sequeiro, proporcionando uma campanha agrícola por ano, sendo o milho e o feijão nhemba as culturas mais resistentes a seca, daí serem as mais praticadas em regime de sequeiro.<sup>23</sup>

### 2.3. Características pedológicas

Os solos da área de Mafuiane foram classificados em basálticos líticos, basálticos pretos, basálticos avermelhados, solos líticos e solos sobre seixos rolados.

A característica mais notável destes solos é a sua limitada profundidade, (não superior a 150 cm)<sup>24</sup> e presença de pedras na superfície e, só através de processos mecanizados podem ser cultivados, por exemplo, o cultivo em tractor e incorporação de fertilizantes. Por outro lado, dispõem de elevados níveis de salinidade e solicidade no solo artificial.<sup>25</sup>

De acordo com Tique e Dykshoorn (1993), citados por Munguambe<sup>26</sup>, o sódio em quantidades suficientemente altas cria problemas de crescimento das culturas devido ao seu efeito tóxico provocado no solo. Por seu turno, os sais ao se concentrarem no solo

<sup>22</sup>Vilanculos, M, e Serno, G, (1993), Levantamento Detalhado dos Solos da Área de Mafuiane, Série Terra e Água, Comunicações n° 70, Maputo: INIA, p. 8.

<sup>23</sup> Luis, 2003, p. 4

<sup>24</sup> Devido à rocha mãe, o relevo tem zonas suavemente planas e zonas onduladas, PRORURAL, 1990, p.34.

<sup>25</sup>Vilanculos e Serno, 1993, p. 8.

<sup>25</sup> Luis, 200, p.4

<sup>26</sup> Munguambe, D, S, (2005): "A Integração da Produção Camponesa no Mercado de Comercialização Agrícola, 1994-2001: O Regadio de Massaca I", ( Tese de Licenciatura em História), Maputo: UEM, p.23.

impedem o crescimento das culturas na medida em que afectam a disponibilidade dos nutrientes dentro do solo, originando um aspecto fisiológico de seca sobre o solo.

Pinto Pires<sup>27</sup> identificou solos de Mananga<sup>28</sup>, que ocorrem nos planaltos baixos, ao sul do distrito de Namaacha, junto à fronteira com Boane. Segundo Munguambe<sup>29</sup>, estes solos caracterizam-se por serem sedimentares e formados sobre climas de savana, com longa estação seca, fazendo parte integrante dos montes Libombos.

Por causa desta disponibilidade dos solos, apenas cerca de 83% ou 174 ha da área de Mafuiane é apta para a agricultura irrigada, dos quais 63%, ou 130 ha é moderadamente apta com limitações físicas, (textura e profundidade).<sup>30</sup>

Para além do baixo nível de precipitação e baixo nível de fertilidade na maior parte das terras, acresce-se a falta de um rio que passa nas proximidades da região, salvo o rio Umbelúzi que passa há quase 1 ou 2 Km da área de Mafuiane. Daí que a instalação de sistemas de bombagem e irrigação parece ser um dos problemas pelos quais se deparava a população de Mafuiane.

---

<sup>27</sup> Pinto Pires, E, (1995): " Monografia do Distrito da Namaacha", ( Tese de Licenciatura), Maputo: UEM, p. 32.

<sup>28</sup> Segundo esta autora estes solos são de regular ou fraca fertilidade e com dificuldade de rega. Segundo Carlos Jopela, estes solos tem uma zona radicular relativamente pequena daí que as plantas não conseguem absorver os minerais para o seu crescimento. Entrevista com Carlos Jopela. Maputo: DNA. 3.03.06.

<sup>29</sup> Munguambe, 2005,p.22.

<sup>30</sup> Vilanculos, M, e Serno, G, 1993, p.28.

#### 2.4. A política de socialização do campo no pós independência e sua incidência sobre o sector familiar

Na última fase do período colonial, entre 1974 e 1975 a economia moçambicana conheceu uma profunda crise em face da saída de colonos portugueses, que asseguravam as principais actividades económicas, em particular o sector agrário.

Notando o colapso progressivo da economia, o novo Estado pautou pela via socialista de desenvolvimento, como forma de recuperar os níveis de produção anteriores. Assim, de acordo com as directivas económicas emanadas no III Congresso da FRELIMO realizado em 1977, em particular a necessidade de centralização administrativa, considerou-se o sector agrário dominante e essencial para a rápida recuperação económica.<sup>31</sup>

Para tal, surgiu a necessidade de organizar as populações dispersas em aldeias comunais para a dinamização da força de trabalho e organizar administrativamente o território. Por outro lado, para responder à crescente crise económica, foi reiterada a necessidade de construção de grandes empreendimentos agro-indústrias e projectos hidro-agrícolas, como por exemplo, as machambas estatais, sistemas de irrigação, barragens, escolas agrárias e outros.<sup>32</sup> Contudo, a orientação das políticas governamentais para empreendimentos de grande escala e de capital intensivo mostrou-se inadequada nas condições económicas prevalecentes em consequência do declínio económico que se verificou no período pós independência.<sup>33</sup>

---

<sup>31</sup> Newitt (1995): *História de Moçambique*. Mira Sintra: Publicações Europa América, Lda, p. 474.

<sup>32</sup> Egero, B, (1990): *Moçambique: Os Primeiros Dez Anos de Construção da Democracia*, Maputo: AHM, pp. 103-8 e ADAM, Y, 1996, pp.192-3.

<sup>33</sup> Roesch, O, (1992): "A Reforma Económica em Moçambique: Notas sobre a Estabilização, a Guerra e a Formação de Classes" In , *Arquivo*, 11, Maputo: UEM/CEA, p.6

#### 2.4.1. O Processo de Socialização do Campo no Vale do Umbelúzi ( Boane<sup>34</sup>)

Embora desde há muito tempo existirem no Vale do Umbelúzi concentrações de populações a viverem em povoações<sup>35</sup>, no período pós colonial o processo de formação de aldeias comunais esteve ligado a medidas administrativas e à política de desenvolvimento económico de carácter socialista.

Destinguem-se aldeias formadas para albergar antigos guerrilheiros da FRELIMO; aldeias formadas no âmbito das inundações nos princípios da década de 80; aldeias formadas para o reassentamento militar; aldeias formadas para o reassentamento das populações em virtude da construção da barragem e outros empreendimentos agro-industriais de grande envergadura, que obrigaram a retirada das populações das suas zonas de origem.<sup>36</sup>

No contexto da primazia do sector estatal e privado, a bacia do rio Umbelúzi conheceu grandes transformações com o estabelecimento da Barragem dos Pequenos Libombos, ao longo dos anos 80.<sup>37</sup> A Barragem foi estabelecida para responder ao desenvolvimento económico, nomeadamente o fornecimento de água às cidades de Maputo e Matola, fornecimento de água aos sistemas de irrigação locais, controle das cheias, fornecimento de energia eléctrica e melhoria na actividade agrícola.<sup>38</sup>

Como resultado deste processo, as populações que formalmente viviam nos vales dos rios Movené e Umbelúzi foram concentradas e reafixadas dando lugar a um novo processo de

---

<sup>34</sup> Segundo Adam, 1996:189, Boane é também chamado de alto e baixo Umbelúzi.

<sup>35</sup> Jeminez et al, 1990, p.11.

<sup>36</sup> Adam, 1996, p. 195.

<sup>37</sup> Tembe, Joel das Neves e Baloi, A, 2001, p.5.

<sup>38</sup> Hatton, J e Couto, A et al (1993): Avaliação do Impacto Ambiental das Práticas Agrícolas em redor da Barragem dos Pequenos Libombos, Maputo, GAPI/ DNHA, p.4.

povoamento, através do restabelecimento da aldeia comunal de Mafuiane em 1981<sup>39</sup> é Massaca I, em 1981/3, há cerca de 8 e 5 Km da barragem, respectivamente.<sup>40</sup>

## 2.5. O desenvolvimento da actividade agrícola na Aldeia Comunal de Mafuiane<sup>41</sup> até 1992.

Nos primeiros anos após o reassentamento da população proveniente da Barragem dos Pequenos Libombos, a aldeia contava com cerca de 376 famílias camponesas, nos quais 455 eram homens, 495 mulheres, 1550 crianças, totalizando 2500 habitantes, segundo dados do PRORURAL.<sup>42</sup>

A aldeia constitui um tipo de povoamento concentrado, dedicando-se essencialmente à agricultura de subsistência sob regime de sequeiro, dadas dificuldades financeiras, que se aliam ao facto de estarem muito dependentes das características climatéricas e pedológicas da região<sup>43</sup>, comparativamente aos vales dos rios Movene e Umbelúzi, onde anteriormente habitavam. Como salientou Lina Augusto Mucavel:

Quando saímos da zona onde foi construída a Barragem dos Pequenos Libombos, fomos dados algumas terras de sequeiro em Mafuiane, contudo, eram terras de pequenas dimensões e de pouca produtividade relativamente àquelas que tínhamos na zona da Barragem...as terras de Mafuiane têm muito matope e são de difícil remoção com a enxada...<sup>44</sup>

<sup>39</sup> Todavia, a primeira aldeia de Mafuiane foi estabelecida em 1978, era fundamentalmente uma aldeia com uma povoação dispersa. Contudo, a aldeia propriamente dita foi estabelecida aquando do reassentamento populacional para a construção da Barragem dos Pequenos Libombos. Vide, SEHA (1988): Secretariat of State for Agricultural Hydraulics: Umbeluzi Valley Irrigation Project- Detailed Study and Design. Draft of Final Report. Vol.I, Grenoble: SOGREAH, p.24.

<sup>40</sup> Tembe, Joel das Neves e Baloi, A, 2000, p.15.

<sup>41</sup> Mafuiane está situado a Nordeste de Boane, foi considerada parte do distrito de Namaacha, embora seja administrada por Boane depois de 1986, devido a situação de segurança que não permitia um normal funcionamento com a Administração de Namaacha, Adam, 1996, p.195.

<sup>42</sup> PRORURAL, (1990), Programa de Desenvolvimento Rural Integrado na Província de Maputo - Umbeluzi-Tembe, Intervenção para a Fase Prioritária, Maputo: SEHA, p.31.

<sup>43</sup> Pinto Pires, 1995, p.74.

<sup>44</sup> Entrevista com Lina Augusto Mucavel. Mafuiane. 25.01.06

A agricultura do sector familiar era praticada maioritariamente por mulheres e crianças, usando essencialmente mão-de-obra familiar<sup>45</sup>, não obstante existirem famílias camponesas que usavam sazonalmente mão - de - obra assalariada ou esquemas de troca solidária de trabalho.<sup>46</sup> O trabalho agrícola era praticado sob métodos tradicionais, as queimadas por exemplo, o que provocava a redução da fertilidade dos solos e consequente redução do rendimento agrícola. Por outro lado, a agricultura de sequeiro apenas proporcionava maioritariamente culturas para a subsistência<sup>47</sup>, nomeadamente; o milho, o feijão nhemba, a mandioca, a batata doce, que por tradição resistem à seca

O estudo sobre viabilidade de instalação de sistemas de irrigação na região do Vale do Umbelúzi, realizado pela SEHA- SOGREAH em 1986, concluiu haver pouca informação sobre as áreas e as quantidades<sup>48</sup> das culturas praticadas nas machambas dos camponeses de Mafuiane. Segundo o estudo, os camponeses cultivavam aparentemente uma área de sequeiro equivalente a 1 ou 2 ha e o padrão de culturas cultivadas era quase o mesmo em toda região. Deste modo, o milho como cultura mais cultivada ocupava uma área de 1ha, a mandioca cerca de 0,5 ha, feijão nhemba, 0,5 ou menos, batata doce, menos de 0,5 ha.<sup>49</sup>

---

<sup>45</sup> Que era utilizada em função da época do ano: na estação chuvosa em actividades agrícolas; na estação seca em actividades extra - agrícolas. República de Moçambique e República Italiana, 1998, p.8.

<sup>46</sup> ACNUR, PNUD (1997). Perfil de Desenvolvimento Distrital,. Distrito de Namaacha, Província de Maputo, p.5.

<sup>47</sup> Jimenez et al, 1990, p.11; Pinto Pires, 1995, p. 47.

<sup>48</sup> Estas só podiam ser estimadas em termos da importância das culturas e dependência das condições climatéricas.

<sup>49</sup> SEHA (1988): Secretariat of State for Agricultural Hydraulics: Umbeluzi Valley Irrigation Project- Detailed Study and Design. Draft of Final Report. Vol I, Grenoble: SOGREAH, p.28.

Segundo Adam,<sup>50</sup> estas populações foram pouco apoiadas pelas estruturas administrativas, no que se refere ao fornecimento de bens de consumo, serviços básicos de educação, saúde, extensão agrícola e incentivo à criação do movimento cooperativo. Um dos aspectos mais criticados relacionados com o processo de aglomeração populacional, foi mencionado por Casal<sup>51</sup>, ao referir que para além da redução da área de cultivo do sector familiar, da fraqueza de apoio ou incentivo à criação de cooperativas para o fornecimento de insumos, houve falta de estímulo e negligência ao sector familiar. Esta situação espelha, em parte, as estratégias de desenvolvimento traçadas no pós independência, ou seja, alocação de maiores investimentos aos sectores “modernos” da economia.<sup>52</sup>

Por outro lado, devido à pressão demográfica, poucas terras férteis restavam para a prática da agricultura<sup>53</sup>, e devido à seca que assolava o país desde o início da década de 80, os camponeses praticavam uma agricultura intensiva, já não faziam a rotação nem o pousio das terras, contribuindo para a erosão dos solos e decréscimo da produção agrícola, culminando com o surgimento de situações de emergência no seio dos aldeões.<sup>54</sup>

O sector familiar recorria a poucos investimentos externos. A ocorrência de secas e a falta de fertilizantes, sementes, utensílios agrícolas, limitava o desenvolvimento da actividade agrícola e garantia de segurança alimentar. Para responder a esta situação, as famílias camponesas adjudicavam o seu tempo para outras fontes de rendimentos extra

---

<sup>50</sup> Adam, 1996. p.196.

<sup>51</sup> Casal, Y, (1996): *Antropologia e Desenvolvimento das Aldeias Comuns de Moçambique*. Lisboa: Ministério da Ciência e Tecnologia/ Instituto de Investigação Tropical, p. 136,184; PRORURAL, 1990, p.35.

<sup>52</sup> As machambas estatais e outras empresas agró-pecuárias do estado.

<sup>53</sup> Quando as populações chegaram a Mafuiane, havia poucas terras, exceptuando aquelas pertencentes aos agricultores privados. Entrevista com João Chavango, Mafuiane 25.01.06.

<sup>54</sup> PRORURAL /PDRI, 1996. Estudo de Avaliação do Projecto. Draft do Relatório Final. GESO/CI/ FDHA, p.9.

agrícolas, tais como: emigração para a África do Sul e Suazilândia, comércio informal, venda de lenha, fabrico de carvão e bebidas alcoólicas, comércio transfronteiriço.<sup>55</sup>

A proximidade da aldeia junto às empresas de produção de cal (PROSUL) e à Pedreira de Mafuiane permitiu a oferta de emprego para alguns membros das famílias camponesas.<sup>56</sup>

## **2.6. A Guerra de Desestabilização<sup>57</sup> e o seu alcance na actividade agrícola de Mafuiane 1883/4-1992**

Em virtude das mudanças políticas na África Austral, Moçambique conheceu um período de desestabilização por parte da Rodésia do Sul, nos finais da década de 70, e do regime Sul africano no início da década de 80, que se opunham ao modelo de desenvolvimento económico escolhido por Moçambique. Este modelo consistiu num desenvolvimento económico baseado na socialização do campo e modernização de algumas infra-estruturas pré-existentes.

Este modelo, para além de ter constituído ameaça aos países ocidentais, no âmbito da guerra fria<sup>58</sup>, contribuiu para que as populações cujas terras ficavam mais distantes das aldeias comunais se juntassem às forças opositoras da FRELIMO. Pois, a aglomeração das populações em aldeias comunais sem consideração aos aspectos sócio-económicos e culturais, por exemplo, o reassentamento das populações em regiões com escassos

---

<sup>55</sup> ACNUR, PNUD 1997, pp.5-8.

<sup>56</sup> Segundo PRORURAL, 1990, p.36, até 1990 estavam afectos 180 Homens na Pedreira de Mafuiane.

<sup>57</sup> Para efeitos da presente dissertação não iremos apresentar os factores que levaram a eclosão da Guerra de Desestabilização, por levantar um debate em termos ideológicos (origem externa e interna). Iremos apenas trazer a sua influência para a deterioração da economia familiar de Mafuiane.

<sup>58</sup> Ao usar a Rodésia do Sul e a África do Sul em apoio à RENAMO, para a desestabilização do país. Abrahamsson, A e Nilsson, A, (1995): *Ordem Mundial Futura e Governação: "Empowerment" e Espaço de Manobra*, Maputo:CEEI-ISRI, pp.8-9.

recursos e a subsequente deterioração e desertificação dos solos e outros recursos naturais motivou a implantação da RENAMO nas zonas rurais de Moçambique.<sup>59</sup>

A política agrária desenhada no III Congresso da FRELIMO, realizado em 1977, privilegiou a modernização e construção de grandes empreendimentos hidro-agrícolas, aproveitando as potencialidades hídricas existentes em algumas partes do país. A construção das Barragens dos Pequenos Libombos ao longo do rio Umbelúzi e Corumana ao longo do rio Incomati foi parte integrante das linhas de orientação saídas do III Congresso.<sup>60</sup>

Em relação ao campesinato da região de Boane e arredores, o Estado pós-colonial aplicou a estratégia de desenvolvimento a partir da formação de aldeias comunais e cooperativização. Todavia, o desenvolvimento das aldeias comunais<sup>61</sup>, para além de ter resultado do reassentamento em virtude do estabelecimento da Barragem dos Pequenos Libombos, constituíram centros defensivos contra a infiltração da RENAMO e o subsequente ataque às infra-estruturas estatais, o caso da Barragem dos Pequenos Libombos.

---

<sup>59</sup> Abrahamsson, H e Nilsson, A, (1994), *Moçambique em Transição: Estudo da História de Desenvolvimento Durante o Período de 1974-1992*, Gotemborg/ Maputo: CEEI-ISRI, p. 236.

<sup>60</sup> Macucule, A, M,(2004): "Construção, Contexto Político e Impacto Sócio-Económico da Barragem de Corumana 1981-2003", (Tese de Licenciatura em História), Maputo: UEM, p.21.

<sup>61</sup> O caso de Massaca I e Mafuiane.

Nestas circunstâncias, as aldeias de Masssaca I e Mafuiane, estando situados nas proximidades da Barragem dos Pequenos Libombos e do Quartel de Boane, foram consideradas zonas “seguras” pelas autoridades administrativas.<sup>62</sup>

Apesar desta posição geográfica, a aldeia de Mafuiane era atacada pelas forças da RENAMO. Por exemplo, depois do primeiro ataque da RENAMO à Boane em 1983-4<sup>63</sup>, aumentou o movimento populacional das aldeias comunais do interior para zonas “seguras”.<sup>64</sup> Contudo, mesmo nestas regiões sob controle das autoridades administrativas, as populações eram constantemente atacadas, aumentando o medo e o abandono das suas machambas, refugiando-se na vila de Boane e nos arbustos.<sup>65</sup> Segundo PRORURAL, o aspecto mais notório da guerra na aldeia de Mafuiane foi o abandono periódico das residências, das machambas<sup>66</sup> e a retirada do gado<sup>67</sup> que era usado para a lavoura das terras.

Conforme explicou o nosso entrevistado, João Chavango:

Durante o período da guerra, vivíamos insegurança total na zona. Apesar de existir a guarnição da Barragem, sofriamos ataques...como não tínhamos muita terra fértil para cultivar em Mafuiane, muitas vezes tínhamos que voltar às nossas antigas terras da Barragem apesar da guerra... Perdemos 78 cabeças de gado durante a guerra ...<sup>68</sup>

O facto da aldeia de Mafuiane situar-se nas proximidades da Barragem constituiu um incentivo para os ataques, pois, uma das estratégias para a desestabilização económica, foi o ataque aos grandes investimentos estatais e aos aglomerados populacionais ou alvos cívicos. Como repercursões deste clima de guerra, assistiu-se à deterioração progressiva do

<sup>62</sup> Adam, 1996, pp.194-199.

<sup>63</sup> Idem, pp.196-212.

<sup>64</sup> Jimenez et al, 1990, p.10.

<sup>65</sup> Adam, 1996, p. 196.

<sup>66</sup> Segundo PRORURAL /PDRI, 1996, p.9, até 1992 pouco menos de 6500 ha eram cultivados pelos diversos sectores, existindo uma imensa superfície não cultivada devido a situação da guerra, e as condições pedológicas da região.

<sup>67</sup> Por exemplo, das 500 cabeças que existiam aproximadamente, foram retiradas quase 350 cabeças.

<sup>68</sup> Entrevista com João Chavango. Mafuiane, 26.01.06.

sector familiar, pois, a organização da produção agrícola, pressupunha que as residências estivessem nas proximidades das machambas<sup>69</sup>.

A guerra agravou as condições sócio-económicas das populações, o que veio a aliar-se à fraqueza das autoridades administrativas responsáveis pela construção da Barragem, em apoiá-las em bens de consumo e sobretudo em instrumentos agrícolas, alegadamente por não possuírem condições financeiras suficientemente capazes de implementar acções significativas junto às populações.<sup>70</sup> A falta de água para o consumo e irrigação das terras constituíram grandes problemas para o sector familiar de Mafuiane. Consequentemente, as populações eram obrigadas a percorrer quase 1 Km para a captação da água junto ao rio Umbelúzi. Por outro lado, as cooperativas existentes funcionavam com enormes dificuldades, devido à situação da guerra ao longo das estradas, o que não permitia o fornecimento de mercadorias aos comerciantes, a partir de Maputo ou Namaacha.<sup>71</sup>

Devido à movimentação da população nas zonas afectadas pela guerra, à falta de apoio por parte das autoridades administrativas, ao impendimento do fornecimento de bens de consumo e às trocas comerciais, a fome veio a instalar-se na região. A guerra não permitia a execução das actividades suplementares para a garantia da segurança alimentar e impedia qualquer iniciativa de implementação de projectos de desenvolvimento por parte do Estado. Estes desequilíbrios aconteciam porque os efeitos da guerra faziam-se

---

<sup>69</sup> Adam, Y(sd): " Programa de Desenvolvimento Rural de Chitima: Da árvore de Natal à Intervenção Sustentável": Esboço para Discussão, Maputo, pp.17-18; Adam, 1996,pp. 212.

<sup>70</sup> Munguambe, D, S, 2005, pp.24-25.

<sup>71</sup> PRORURAL, 1990, pp. 33-37.

sentir ao longo das estradas que ligam Mafuiane às principais cidades, como Maputó, Matola e aos países vizinhos, África do Sul e Suazilândia.<sup>72</sup>

A destruição dessas infra-estruturas, incluindo áreas agrícolas, diminuiu a capacidade de as famílias camponesas manterem a produção para a sua sobrevivência, pois, a desestabilização e as deslocações populacionais para áreas militarmente “seguras” deram origem ao crescimento de campos de deslocados com certas condições pouco favoráveis ao desenvolvimento da actividade agrícola: falta de instrumentos agrícolas e conhecimento sobre as pressupostas condições de produção.<sup>73</sup>

A fome, combinada com a guerra, com o reassentamento populacional, com a dificuldade de adopção de políticas de desenvolvimento, acabaram por ampliar a situação de emergência, ao ponto de a região ser inserida na “zona um” de entre as zonas de fraca segurança alimentar, devido à densidade populacional elevada e baixa produção agrícola em regime de sequeiro.<sup>74</sup>

## **2.7. Os programas de ajuda de emergência e ao desenvolvimento em Moçambique, 1983-1992.**

A maior parte dos programas de ajuda externa, pode ser encontrada no IV Congresso da FRELIMO, realizado em 1983. O modelo de desenvolvimento económico baseado na gestão e planificação conheceu mudanças significativas em face da escalada da guerra de desestabilização, da seca e da ineficiência de algumas políticas traçadas, sobretudo no sector agrário.

---

<sup>72</sup> Adam, 1996, p.212.

<sup>73</sup> Abrahamsson, H e Nilsson, A, (1994), p. 236; Couto, A, et al, (1997): Projecto da Barragem dos Pequenos Libombos: Estudo do Plano de Controlo Ambiental. Relatórios Sectoriais, vol.2.

<sup>74</sup> ACNUR, PNUD 1997, p. 8.

A ajuda externa aparecia como uma necessidade imediata para a rápida recuperação económica. Os recursos foram descentralizados e passou-se a valorizar-se os projectos de pequena escala, sobretudo do sector familiar, e foi incentivado o investimento privado.<sup>75</sup> Assim, após a aderência de Moçambique ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional em 1985, aumentou a ajuda externa para situações de emergência e projectos de desenvolvimento, com destaque para os de pequena escala. Porque a guerra e as situações catastróficas se agudizavam, foi introduzido o primeiro programa de ajustamento estrutural, o PRE, em 1987. O aspecto mais importante deste programa foi o incremento da ajuda externa proveniente das Organizações Não Governamentais (ONGs)<sup>76</sup>, que suportavam diversas áreas, por exemplo, agricultura, educação, saúde, que por direito competiam ao Estado.<sup>77</sup>

Como foi bem frisado no V Congresso do Partido FRELIMO realizado em 1989<sup>78</sup>:

As relações económicas externas, assumem grande importância para o correcto funcionamento da nossa economia. Aos países e instituições que há longa data nos apoiam, juntam-se cada vez mais novos apoios de toda a parte (...). Temos de prosseguir os esforços concentrados para mobilizar mais apoio para a reabilitação nacional... e promover a participação de organizações e instituições humanitárias na prestação de cuidados sociais...<sup>79</sup>

Assim, o Programa dos Distritos Prioritários (PDP) e o Programa de Reconstrução Nacional (PRN)<sup>80</sup> anunciados em 1989, embora se diga que foram suportados pelo

<sup>75</sup> Abrahamsson, H, Nilsson, A, 1995, pp. 5-7; Roesch, 1992, p.6.

<sup>76</sup> Até 1980 haviam apenas 7 organizações, por volta de 1991 já contava-se com quase 180.

<sup>77</sup> Bowen, M., (2000), *The State against the Peasantry: Rural Struggles in Colonial and Post Colonial Mozambique*, Charlottesville: University Press of Virginia, pp.189-198.

<sup>78</sup> Ano em que aumenta cada vez mais a ajuda externa, vide Bowen, 2000, pp.189-198.

<sup>79</sup> Partido FRELIMO (1989), *Directivas Económicas e Sociais. V Congresso, 1989*. Maputo: 25/A CEA.

<sup>80</sup> Foram programas implementados para responder à situação de emergência criada pela seca e pela guerra, onde o governo escolheu 40 distritos onde a guerra não se fazia sentir muito e que possuíam condições para o desenvolvimento, por exemplo, recursos hídricos, densidade populacional elevada, vias de acesso minimamente "seguras" e outras infra-estruturas. A região de Boane e arredores foi uma dessas regiões escolhidas, sobretudo pela proximidade do rio Umbelúzi, Barragem dos Pequenos Libombos e o Quartel de Boane.

Estado, grande parte destes programas só foram concretizados após o Acordo Geral de Paz de 1992, e financiados por ONGs.<sup>81</sup>

### 2.7.1. A ajuda externa à Aldeia Comunal de Mafuiane

Os programas de ajuda de emergência para a aldeia de Mafuiane estão simultaneamente inseridos àqueles destinados ao desenvolvimento do Distrito de Boane. No âmbito dos programas do Estado, houve um grande volume de ajuda para esta região, com especial destaque para instituições internacionais como a Cooperação Italiana (PRORURAL), a MONAP, HELVETAS, CUSO-SUCO, pelo seu grande impacto a nível do distrito.

Por outro lado, e no âmbito da cooperação entre a República Popular de Moçambique e a República Italiana, foi desenhado em 1989 o programa PRORURAL<sup>82</sup>, através do acordo entre a Secretaria de Estado e Hidráulica Agrícola (SEHA)<sup>83</sup> e a Direcção Geral da Cooperação Italiana<sup>84</sup>, e apresentado pela empresa CMC Internacional.<sup>85</sup>

O PRORURAL é um programa que têm a sua origem nas discussões sobre o desenvolvimento hidro-agrícola da bacia do Umbelúzi a partir dos recursos hídricos regularizados pelo aproveitamento das potencialidades de armazenagem de água da Barragem dos Pequenos Libombos. O programa teve duas fases, na primeira incluía a mobilização geral dos diversos intervenientes à elaboração de um plano director. A segunda fase incluía um conjunto de Sistemas de Intervenções Prioritárias (SIP) em

<sup>81</sup> Abrahamsson, H, Nilsson, A, 1994, pp. 243-48.

<sup>82</sup> É simultaneamente o nome da ONG e do Programa, ( Programa de Desenvolvimento Rural Integrado na Província do Maputo- Umbelúzi e Tembe). Este programa foi publicado no BR e Diploma Ministerial nº120/89, pelo qual a área de intervenção passa a ter o estatuto de Zona de Desenvolvimento Agrário Planificado do Umbelúzi-Tembe, vide PRORURAL /PDRJ, 1996, p.7.

<sup>83</sup> Como representante do Governo Moçambicano a nível Central.

<sup>84</sup> Adam, 1996,p.205.

<sup>85</sup> PRORURAL, 1991. A empresa CMC foi mais tarde a executora das obras.

quatro<sup>86</sup> aldeias ao redor da barragem<sup>87</sup>, Massaca I e II, Umpala e Mafuiane, para a assistência nas áreas da saúde educação<sup>88</sup>, e construção de 450 ha de regadio<sup>89</sup> junto às quatro aldeias.<sup>90</sup>

Todavia, até ao período anterior ao estabelecimento do Acordo Geral de Paz, estes projectos tomavam a forma de contactos<sup>91</sup>, provavelmente devido à situação da guerra e outros problemas organizacionais e, muitos deles foram realizados após o estabelecimento da paz em 1992.

Porque a partir de 1990 com o estabelecimento de contactos formais para o cessar fogo em Moçambique, assistia-se em parte ao regresso das populações às suas zonas de origem e outras a procura de regiões com condições mínimas para o reassentamento.

Na conjuntura do Acordo Geral de Paz em 1992, apesar da prevalência da seca, assistiu-se ao regresso das populações e um brandir de refugiados provenientes do Burundi, Ruanda, Congo e Angola que entraram nesta região.<sup>92</sup>

A concentração destas populações em áreas restritas culminou com a utilização maciça da terra e falta de observância das técnicas de cultivo, como o pousio, rotação de culturas, o que contribuiu para o desgaste das já pouco produtivas terras em regime de sequeiro.<sup>93</sup> A instalação do regadio visava garantir a segurança alimentar para esta população que aumentava cada vez mais em Mafuiane, atraída não apenas por ser uma região

---

<sup>86</sup> Vide anexo (I) e (II).

<sup>87</sup> PRORURAL, 1991.

<sup>88</sup> Segundo ACNUR e PNUD, 1996, p.10, o Posto de Saúde e a Escola Primária ambos de Mafuiane por exemplo, foram construídos pelo projecto PRORURAL.

<sup>89</sup> Para a melhoria da agricultura de sequeiro.

<sup>90</sup> PRORURAL, 1990, p. 4-5; PRORURAL, 1991.

<sup>91</sup> Adam, 1996, p.206.

<sup>92</sup> Tembe, Joel das Neves e Baloi, A, 2001, p.5.

<sup>93</sup> Mungambe, 2005, p. 18.

“militarmente segura”, mas por oferecer emprego junto às estradas que ligam esta à cidade de Maputo e possuir infra-estruturas económicas<sup>94</sup>.

---

<sup>94</sup> Por exemplo a Pedreira de Mafuiane, a Barragem dos Pequenos Libombos, a possibilidade do comércio junto à estrada de Namaacha (venda de carvão, lenha e outros artigos), emprego em algumas machambas locais.

### CAPITULO III

## O ESTABELECIMENTO DO REGADIO DE MAFUIANE E IMPACTO SÓCIO-ECONÓMICO SOBRE O SECTOR FAMILIAR, 1993-2003.

### 3.1. A instalação das Infra-estruturas de Rega

O Programa de Desenvolvimento Rural Integrado na província de Maputo-Umbelúzi e Tembe (PDRI- PRORURAL), no seu vasto programa de desenvolvimento da região do Umbelúzi- Tembe, identificou duas áreas de sequeiro cultivadas pelos camponeses da Aldeia Comunal de Mafuiane e pela Associação dos camponeses de Massaca I e II como aptas para a construção de dois perímetros de rega abrangendo um total de 311, 8 ha, dos quais 149,3ha em Massaca, e 162,5<sup>95</sup> ha em Mafuiane.<sup>96</sup>

A selecção das áreas aptas para o uso da agricultura irrigada foi com base no estudo sobre as propriedades físicas e químicas existentes nesses solos, os quais foram previamente analisados pelo Instituto Nacional de Investigação Agronómica (INIA) em 1992.<sup>97</sup> A água é bombeada a partir do Rio Umbelúzi ( Barragem dos Pequenos Libombos) e armazenada num grande tanque, onde depois corre através de tubos para pequenos reservatórios dentro do regadio<sup>98</sup> e, destes é canalizada até às parcelas dos camponeses.<sup>99</sup>

---

<sup>95</sup> Cerca de 254 parcelas em Mafuiane

<sup>96</sup> República de Moçambique e República Italiana, 1998, p.7.

<sup>97</sup> Bokde e Errigh, C, (1997): "Efeito da Produção Agrícola de Culturas Irrigadas sobre as Propriedades Químicas dos Solos no Perímetro Irrigado de Mafuiane e Massaca", PDRI, Maputo- Umbeluzi -Tembe e Boane. Maputo: INIA, p. 6.

<sup>98</sup> Localização do regadio no anexo (III)

<sup>99</sup> Vijfhuizen, C, (2001): "Perdendo o Controlo :Género e Terra no regadio de Massaca, Província de Maputo", In, Waterhouse, R e Vijfhuizen, C, (dir), *Estratégia das Mulheres Proveito dos Homens: Género, Terra e Recursos Naturais em Diferentes Contextos Rurais em Moçambique*, Maputo: NET, FAEF, ACTIONAID. p. 93.

O regadio foi concebido para ser explorado em pequenas unidades de 0,64 ha<sup>100</sup>, permitindo o acesso à cerca de 170 famílias camponesas. Na atribuição das parcelas, observou-se o critério de prioridade de acesso aos antigos ocupantes da área de sequeiro. Por outro lado, respeitou-se uma proporcionalidade entre a dimensão das machambas em sequeiro, possuídas por uma família na área ocupada pela construção do regadio e o número de parcelas recebidas. Assim, o fraccionamento do regadio em parcelas de área inferior às machambas de sequeiro, aproximadamente 1,5 ha, permitiu a admissão de algumas famílias que não possuíam terras na zona abrangida pelo regadio.<sup>101</sup>

A distribuição de terras não se baseiou na capacidade de gestão ou conhecimentos técnicos da agricultura de regadio, mas sim na posse de terras em regime de sequeiro onde foi instalado o regadio.<sup>102</sup>

Neste processo de parcelamento, foram reservadas 4 parcelas para a PRORURAL, para efeitos de experimentação e integração dos camponeses através da demonstração das técnicas de rega, levada a cabo pelos técnicos extensionistas da Casa Agrária.<sup>103</sup>

### **3.2. Período da Gestão do Regadio pelo Projecto PRORURAL, 1993/4-1997**

#### **3.2.1. O papel da Casa Agrária na capacitação e assistência técnica para o maneio e prática de cultivo em regadio.**

O início da primeira campanha agrícola no regadio compreendeu o período de 1993-1994, na qual se destacou a presença de famílias camponesas que ocuparam de início 27

---

<sup>100</sup> O tamanho das parcelas foi determinada com base num estudo realizado pela HIDROGEST, vide: PRORURAL /PDRI, 1996, p.24.

<sup>101</sup> República de Moçambique e República Italiana, 1998, p. 7.

<sup>102</sup> PRORURAL /PDRI, 1996, p.25.

<sup>103</sup> República de Moçambique e República Italiana, 1998, p.7.

parcelas<sup>104</sup>. Das famílias reunidas no regadio, cerca de 60% dos chefes de famílias eram naturais e chegaram à região de Mafuiane há mais de 25 anos, embora a aldeia propriamente dita tenha sido criada depois da construção da Barragem dos Pequenos Libombos entre 1981-1987.<sup>105</sup>

Consciente das características sócio-económicas e culturais das famílias beneficiárias do regadio<sup>106</sup>, o Projecto disponibilizou aos utentes dentre outras beneficiações uma Casa Agrária<sup>107</sup>, para a capacitação dos regantes e assistência em insumos agrícolas<sup>108</sup>. Esta Instituição, teve de início um papel fundamental para o arranque das actividades, ao vender a título de crédito os insumos e os instrumentos de trabalho necessários.

Para além de ter equipado os camponeses em instrumentos agrícolas<sup>109</sup>, prestou assistência técnica<sup>110</sup>, como por exemplo, recomendações de normas técnicas, compasso, dosagem de insumos, dotação da rega e indicação de culturas alimentares, por exemplo, o milho, feijão nhemba.<sup>111</sup> Como os serviços eram “gratuitos”, houve muita aderência dos camponeses, pois, vivia-se num período de secas prolongadas.<sup>112</sup>

---

<sup>104</sup> dos quais 33% são naturais de Mafuiane, 26% chegaram antes da independência (1964-1972), 30% chegaram depois (1975-1992) e 11% não são de Mafuiane, são provenientes de Maputo e entraram no regadio depois do seu início.

<sup>105</sup> República de Moçambique e República Italiana, 1998, pp.30-34.

<sup>106</sup> Caracterizadas fundamentalmente por uma economia agrícola relativamente baixa, frequentemente dominada por hábitos de cultivo em sequeiro e dependente das épocas do ano.

<sup>107</sup> Que entrou em funcionamento em 1994, PRORURAL/PDRI, 1996, p.30.

<sup>108</sup> Segundo PRORURAL/PDRI, 1996, p.27, no arranque do projecto existiam 12 técnicos extensionistas, o que equivalia a (1) técnico extensionista por 38 agricultores, após a conclusão do projecto reduziu para 2 técnicos extensionistas.

<sup>109</sup> Enxadas, sementes, fertilizantes, pás, e outros.

<sup>110</sup> Contudo, segundo Checo, A, (1997): “A Organização dos Regantes e Gestão de Água nos Regadios da Província de Maputo”, ( Tese de Licenciatura, Maputo: UEM/FAEF), p.23, os serviços de extensão estavam compostos de (6) extensionistas básicos, (1) agrónomo médio, (1) agro -hidráulico médio, (1) hidráulico médio e 2 engenheiros agrónomos.

<sup>111</sup> Bila, 1999, pp.2-6. Entrevista com Alberto, Mafuiane. 26.01.06.

<sup>112</sup> Entrevista com Alberto (Técnico da Casa Agrária). Mafuiane, 26.01.06.

Por outro lado, esta aderência deveu-se ao facto de o projecto incentivar e promover a agricultura de regadio através da introdução<sup>113</sup> do sistema de parcelas demonstrativas em 1994, cujas parcelas utilizadas para o efeito eram deduzidas na parcela de cada camponês. Foi nestas parcelas que os camponeses recebiam o crédito, devendo amortizar a sua dívida entregando à Casa Agrária 80% dos rendimentos, ficando com os restantes 20%.<sup>114</sup>

Como salientou Celeste Luis Chirindja:

No início da produção em regadio produziamos culturas para a alimentação, recebíamos sementes, pesticidas, abudos, sem pagar dinheiro e os técnicos vinham para as nossas machambas ensinar-nos como se cultivava, se incorporam os fertilizantes e como se deve regar...<sup>115</sup>

Para além disso,

Os técnicos aconselhavam-nos no tipo de cultura a desenvolver, pois, a maior parte das culturas praticadas no regadio visavam essencialmente para o consumo das famílias... a comercialização era feita localmente, envolvendo comerciantes "Maguevas de Boane e Maputo."<sup>116</sup>

Para garantir a continuidade da produção, a Casa Agrária iniciou um sistema de créditos que apoia os camponeses em forma de aluguer de tractor, aquisição de sementes, pesticidas e fertilizantes, assim como a lavoura dos terrenos. A Casa Agrária comprava permanentemente as culturas produzidas dentro do regadio, apesar dos créditos concedidos aos camponeses.

Os camponeses amortizavam a sua dívida entregando 80% dos rendimentos à Casa Agrária, cabendo-lhes os restantes 20% dos rendimentos. Nos 80% dos rendimentos

---

<sup>113</sup> De forma voluntária

<sup>114</sup> PRORURAL/PDRI, 1996, pp. 27-28.

<sup>115</sup> Entrevista com Celeste Luis Chirindza. Mafuiane, 24.01.05.

<sup>116</sup> Entrevista com Celeste Pascoal. Mafuiane, 26.01.06

recebidos, a Casa Agrária deduzia os custos de combustíveis, insumos, pagamento de lavouras, eletricidade e a taxa de água<sup>117</sup>.

A aposta do projecto em garantir a existência da Casa Agrária mostrou-se fundamental, na medida em que respondia às dificuldades mostradas pelos camponeses, sobretudo no que respeita ao uso de insumos melhorados. Deste modo, a Casa Agrária funcionava como um “facilitador” no processo de aprendizagem em relação ao cultivo em regadio, quer através do papel dos extensionistas, quer pela venda de insumos agrícolas.<sup>118</sup>

### **3.2.2. A produção agrícola e os factores de produção.<sup>119</sup>**

#### **3.2.2.1. A utilização da terra e água**

Usualmente, o processo de transação da terra na região do Umbelúzi, envolve líderes comunitários locais, associações e os extensionistas. Contrariamente, no regadio de Mafuiane muitas parcelas irrigadas pertencem aos agricultores locais, os quais compreendem aproximadamente 60% das famílias<sup>120</sup>.

A instalação do regadio, para além de ter minimizado o problema de insegurança alimentar no seio das famílias camponesas, causada pela baixa pluviosidade, também contribuiu para a rentabilidade económica destas, através da prática de culturas diversificadas, o que significou o aparecimento de novos sistemas de uso da terra, comparativamente ao cultivo de sequeiro.

---

<sup>117</sup> Vijfhuizen, 2001, p.94.

<sup>118</sup> Munguambe, D, 2005, p. 30

<sup>119</sup> Entende-se por factores de produção a terra, água ( dos rios e mares), a força de trabalho, o capital incluindo os instrumentos de produção. Para mais detalhes Vide, Martizez, S, (1991) : *Economia Política*. Coimbra: Almedina, p. 407.

<sup>120</sup> Destes, 57% obteve a sua terra antes de 1992, enquanto que 43% adquiriu as suas parcelas depois do início do funcionamento do regadio. Tembe, Joel das Neves e Baloi, A, 2001, p.7.

Em termos tecnológicos e com auxílio da Casa Agrária, passou-se de uma agricultura sazonal para uma agricultura contínua, caracterizada pelo uso generalizado de maquinaria na preparação do solo, aplicação de fertilizantes e maior envolvimento da mão-de-obra.<sup>121</sup> Como ilustra a tabela a seguir, durante a campanha (A) de Outubro de 1995, por exemplo, verificou-se uma maior utilização do cultivo manual, cerca de 60% na preparação do solo. Gradualmente o projecto ia incentivando os camponeses para o uso do tractor, durante as campanhas (B) e (C) e (D), Novembro de 1995 a Outubro de 1997, 60%, 70% e 50%, respectivamente.<sup>122</sup>

Tabela nº1. *Tipologia de Preparação do solo no Regadio de Mafuiane, 1995-1997, em %.*

Campanhas	Tipo de Preparação do Solo		
	Manual	Tracção animal	Tractor
A (1/11/95 e 30/04/96)	60	15	25
B (1/05/96 e 31/10/96)	20	20	60
C (1/11/96 e 30/04/97)	20	10	70
D (1/05/97 e 31/10/97)	25	25	50

Fonte: Adaptado de República de Moçambique e República Italiana, 1998, p.21.

A fertilização dos solos estava muito ligada ao incentivo contratual com a Casa Agrária, em forma de créditos, acompanhamento de normas técnicas. Em termos de plano cultural,

<sup>121</sup> Luís, T, 2003, pp. 10-11.

<sup>122</sup> República de Moçambique e República Italiana, 1998, pp.20-21.

as famílias camponesas praticavam a consociação de culturas, sendo o milho a cultura mais cultivada, não por possuir um valor económico elevado, mas devido a sua facilidade de conservação e armazenamento, relativamente a outras culturas.<sup>123</sup>

O milho chegou a representar 53% nas primeiras campanhas agrícolas (A) e (B), Novembro de 1995 e Abril de 1996, respectivamente. Nas campanhas seguintes, (Novembro a Março, 1996-1997), por exemplo, os camponeses obtinham pela exploração de 1 parcela, (aproximadamente 1 hectare), cerca de 4000 Kg de milho, correspondente a um valor monetário real de 7.479.913 (Mt), após a dedução dos custos de produção.<sup>124</sup>

Devido ao incremento das actividades e dos custos de rega, numa altura em que o projecto se preparava para a entrega da gestão do regadio à Associação dos Regantes de Mafuiane, a cultura do milho deixou de ser a mais praticada baixando para 23% da área cultivada.

Com o aumento da área cultivada e a necessidade de fluidez monetária, foram introduzidas as culturas de rendimento<sup>125</sup>, durante as campanhas (C) e (D). As de subsistência como feijão nhemba, mandioca, batata doce e quiabo foram pouco significativas, cerca de 6%, não obstante também serem colocadas no mercado.<sup>126</sup>

No início da prática agrícola em regadio, a maioria das famílias camponesas beneficiou-se dos serviços prestados pela Casa a Agária, tais como, a lavoura, as primeiras demonstrações da sementeira, incorporação de fertilizantes, pesticidas, adubação e a rega.

---

<sup>123</sup> Tembe, Joel das Neves e Baloi, A, p.7.

<sup>124</sup> República de Moçambique e República Italiana, 1998, pp.20-21; Bila, 1999, p.26. Para mais detalhes sobre os custos de produção, vide anexo IV.

<sup>125</sup> Hortícolas, alho, cebola, feijão manteiga e amendoim, foram culturas de rendimento; o feijão nhemba, mandioca, batata doce e quiabo foram culturas de subsistência, não obstante também serem colocadas no mercado.

<sup>126</sup> República de Moçambique e República Italiana, 1998, pp. 52-55.

Devido ao contrato estabelecido entre os camponeses e o Projecto, os custos de mão-de-obra diminuíram, tanto na lavoura do terreno assim como na sementeira, exceptuando a colheita que era praticada pelos camponeses, envolvendo a maior parte da sua família.<sup>127</sup>

### **3.2.2.2. A disponibilidade de mão - de- obra e sua relação com a comercialização das culturas agrícolas**

A passagem de uma actividade agrícola dependente das épocas, para uma actividade contínua com muitos maiores riscos de produção, implicou um aumento da utilização da força de trabalho.<sup>128</sup>

A actividade agrícola era realizada pelos membros das famílias camponesas e frequentemente pela contratação de outras famílias não integradas no sistema de rega. Assim, na realização de tarefas, como a sacha, lavoura, sementeira, não obstante os camponeses beneficiarem-se do apoio prestado pelo projecto a título de crédito<sup>129</sup>, eram as mulheres e crianças que maioritariamente exerciam estas e outras actividades, com auxílio de mão-de-obra eventual.

A tabela 2 que assegurar se indica, para além de mostrar que a maior parte dos rendimentos das famílias camponesas do regadio era proveniente das actividades extra-agrícolas, mostra que para a maior parte dos homens a emigração constituiu a principal fonte de rendimento.<sup>130</sup>

---

<sup>127</sup> Entrevista com Celeste Pascoal, Mafuíane. 26.01.06.

<sup>128</sup> República de Moçambique e República Italiana, 1998, p. 5.

<sup>129</sup> Por exemplo, a lavoura com tractor.

<sup>130</sup> República de Moçambique e República Italiana, 1998, p.35.

Aliás, devido à sua proximidade com o grande centro capitalista da África Austral, a África do Sul, a economia moçambicana em geral e da região de estudo em particular, está historicamente sujeita à dependência daqueles capitais para o desenvolvimento dos diferentes sectores, sobretudo o sector agrário<sup>131</sup>, o que significa que parte dos rendimentos auferidos em actividades extra- agrícolas era por vezes aplicado na agricultura.

Tabela nº 2. *Actividades desempenhadas pelas famílias camponesas do regadio em %.*

Sexo	Act.agrícola	Assalariamento nas empresas locais	Conta própria	Emigração	Trab.doméstico
Homens	20	27	18	35	-
Mulheres	29	7	8	-	56

Fonte: Adaptado de República de Moçambique e República Italiana, 1998, p.35.

A tabela também mostra claramente que são as mulheres que mais se evidenciaram na realização das actividades agrícolas dentro das parcelas, ocupando cerca de 29% contra 20% dos homens. A presença de um número elevado de mulheres no regadio está relacionada com o facto de terem sido estas que antes da instalação do sistema de rega se ocupavam na agricultura de sequeiro. Por outro lado, a abundância de mulheres está relacionada com o assalariamento da força de trabalho masculina na África do Sul,

<sup>131</sup> Covane, A, (2001), *O Trabalho Migratório e a Agricultura no Sul de Moçambique, 1920-1992*, Maputo: Promédia, pp. 85-90.

Suazilândia e cidades de Maputo e Matola, ou pelo desempenho de actividades por conta própria.<sup>132</sup>

Porque a emigração e outras actividades extra-agrícolas têm absorvido a maior parte da força masculina, ou porque as mulheres se tem engajado como empregadas domésticas na cidade de Maputo, as exigências de mão-de-obra assalariada aumentavam continuamente. Como foi referenciado por Nhalivílio<sup>133</sup>, as famílias camponesas que não têm força de trabalho suficientemente capaz de apoiar a actividade agrícola e que têm certos recursos financeiros contratam mão-de-obra assalariada para o efeito.

A disponibilidade de mão-de-obra dentro do regadio, também estava em parte relacionada com a forma de comercialização das culturas agrícolas, pois, para a diminuição dos custos de mão-de-obra<sup>134</sup>, os camponeses têm recorrido ao trabalho da colheita realizado pelas “Maguevas”<sup>135</sup> da cidade de Maputo que colhem pessoalmente os produtos nas parcelas dos camponeses. Este tipo de mão-de-obra/comercialização era frequente, uma vez o regadio situar-se numa zona facilmente alcançada pelos comerciantes e outros viandantes, através dos transportes semi-colectivos.<sup>136</sup>

---

<sup>132</sup> Segundo Pinto Pires, 1995, p.43, o “Mukhero”, uma actividade desenvolvida ao longo da fronteira com a Suazilândia, tem levado muitas famílias a abandonar a actividade agrícola. Vide também: República de Moçambique e República Italiana, pp. 25-38.

<sup>133</sup> Nhalivílio, M, (2001): “ Estratégias de Homens e Mulheres na Produção Agrícola num Sistema de Regadio de Massaca, na Província de Maputo”, In: Vijfhuizen, C e Cavane, E, (dir.): *Aprendendo a Entender os Aspectos do Desenvolvimento Rural: Estudos de Trabalho de Diploma a nível de Licenciatura e Mestrado*. Maputo:

<sup>134</sup> O caso do Regadio de Massaca, por exemplo.

<sup>135</sup> Comerciantes provenientes de Maputo ou Boane, que colhem e compram o produto na machamba a um preço relativamente baixo que lhes permita extrair um determinado lucro aquando da sua revenda.

<sup>136</sup> República de Moçambique República Italiana, 1998, 25-28.

Durante o período do projecto, o processo de produção e comercialização não constituiu um constrangimento em termos de envolvimento de custos próprios, uma vez terem sido criadas facilidades através dos apoios em insumos, concedidos pela Casa Agrária.<sup>137</sup>

### **3.2.2.3. Avaliação do período da gestão do regadio pelo projecto PRORURAL**

A introdução de novos hábitos culturais numa determinada população altera significativamente algumas das suas práticas tradicionais, e sendo o desenvolvimento o resultado de múltiplas interacções, entre o considerado “tradicional” e o “moderno” é natural surgirem novas formas de práticas culturais.

A passagem da agricultura de sequeiro para regadio significou não só a alteração dos hábitos sócio-económicos e culturais das famílias, mas também, a minimização da carência alimentar para algumas famílias de Mafuiane.

Ao disponibilizar os insumos agrícolas e assistência técnica, o projecto contribuiu para o arranque das actividades, pois, a maioria das famílias beneficiárias não tinha poder económico susceptível de responder aos custos económicos da rega.

Todavia, por causa do nível de instrução reflectida na maioria das famílias beneficiárias, caracterizada por uma percentagem elevada de indivíduos “iletrados”, causada pelos efeitos da guerra que impedia o acesso ao ensino, acontecia muitas vezes os camponeses não respeitarem as instruções básicas para o cultivo em regadio. Por exemplo, nas primeiras campanhas agrícolas os camponeses aplicavam as práticas de cultivo em

---

<sup>137</sup> Mungambe, 2005, p.34.

sequeiro dentro do regadio<sup>138</sup>, produzindo o mesmo número limitado de culturas que aí são praticadas.

Apesar de alguns camponeses já conseguirem absorver a tecnologia de regadio, subsistiam muitos que preparavam inadequadamente os terrenos, o tratamento das culturas e a distribuição regular de água.<sup>139</sup> Não obstante ter se verificado estas dificuldades, alguns camponeses entrevistados referiram que durante o período da gestão do regadio pelo projecto eles produziam mais relativamente ao período posterior.

Como nos relata Lina Augusto Mucavel:

No início do cultivo em regadio, havia rendimentos porque obtinhamos subsídios na aquisição dos insumos agrícolas e assistência técnica, por outro lado, os custos de mão-de-obra eram cobertos pelos subsídios oferecidos pela Casa Agrária. Conseguíamos vender o milho com muita facilidade ao longo da estrada ou dentro das parcelas.<sup>140</sup>

E,

...os rendimentos eram relativamente satisfatórios porque havia um trabalho intensivo de capacitação, e o fornecimento de água era quase regular ... como o meu marido trabalhava na Pedreira de Mafuiane quando o projecto começou, o seu salário, simultaneamente com os rendimentos do regadio eram investidos na machamba de sequeiro, que se situa perto da Barragem.<sup>141</sup>

Já perdi a minha parcela e trabalho para alguém, isto porque vivo sozinha e não consigo responder aos custos de rega, contudo, no início do cultivo em regadio, não obstante não ter filhos, produzia muito milho, porque tudo era quase "gratuito".<sup>142</sup>

<sup>138</sup> Segundo nos informou Carlos Jopela, a implantação de culturas de sequeiro no regadio, (o caso de fruteiras, por exemplo) para além de absorver maior quantidade de água devido as suas raízes profundas, estas trazem doenças fitossanitárias, prejudicando outras culturas de regadio. Entrevista com Carlos Jopela. Maputo: DNA. 03.03.06.

<sup>139</sup> Vide PRORUAL/PDRI, 1996. pp. 26-28 e Zandamela, S, (1998): "Análise da Eficiência Técnica do Regadio de Mafuiane", (Tese de Licenciatura, Maputo: UEM/FAEF), pp.6-8. Entrevista com Aurélio Nhambete. Maputo: FDHA. 21.02.06.

<sup>140</sup> Entrevista com Lina Augusto Mucavel, Mafuiane, 26.01.06.

<sup>141</sup> Entrevista com Celeste Luís Chirindza, Mafuiane, 25.01.06.

<sup>142</sup> Entrevista com Marta Tembe, Mafuiane, 25.01.06.

### 3.3. O final do projecto e entrega da gestão do regadio à Associação dos Regantes de Mafuiane (ARMAF), 1997-2003

Durante a sua vigência o projecto incentivou a constituição de uma associação de regantes<sup>143</sup> para melhor coordenar as actividades agrícolas e capacitar da melhor forma todos regantes dentro do regadio.<sup>144</sup>

A Associação dos Regantes de Mafuiane (ARMAF) foi legalizada em 1994, cujos estatutos foram publicados no BR n° 52, III Série de 18/8/94<sup>145</sup>. Todavia, só em 1997 a ARMAF teve a titularização do regadio, cabendo ao FDHA a pertença da infra-estrutura de rega, como por exemplo, o sistema de drenagem, estação de bombagem e outros equipamentos.

Apesar do regadio ter sido titularizado em nome da ARMAF, o projecto continuou a dar assistência aos camponeses durante algum tempo. A transferência total foi efectuada em 1998, quando a ARMAF foi responsabilizada por todos os serviços do regadio.<sup>146</sup> Este compasso de espera para a entrega da gestão do regadio à ARMAF, deveu-se ao facto de a Associação não ter se mostrado de início como uma instituição coesa, e os regantes terem mostrado pouca participação no seguimento das normas instituídas. Isto também explica por que no final do projecto a gestão do regadio ficou por algum tempo a cargo do FDHA.<sup>147</sup>

Competia à ARMAF a manutenção do sistema de rega, incluindo o sistema de drenagem e bombagem e assumir as despesas de operação e manutenção do equipamento, a partir

---

<sup>143</sup> Vide composição da ARMAF am anexo (V).

<sup>144</sup> PRORURAL/PDRI, 1996, P.29.

<sup>145</sup> Vide anexo (VI).

<sup>146</sup> Entrevista com a direcção da ARMAF: Balbina Amélia Macamo, Fernando Muchanga, Pedro Miyuane e Adelaide Xadrique. Mafuiane, 26/01/06

<sup>147</sup> Entrevista com Sr. Alberto. Mafuiane, 26.01.06. Vide também República de Moçambique e República Italiana, 1998, p.97.

das receitas provenientes da cobrança da taxa de água. Por outro lado, a Associação devia permitir o acesso à terra e água dentro do regadio.<sup>148</sup>

### 3.3.1. A utilização da terra e água pelas famílias camponesas

A passagem da gestão das infra-estruturas de rega à Associação dos Regantes significou uma mudança nas relações entre os camponeses. Dos subsídios que os camponeses recebiam do projecto, passaram a pagar uma determinada taxa pela utilização da água. Nesta altura, estes estavam sujeitos a pagar uma quantia mensal de 125.000,00Mt pelo fornecimento de água dentro das parcelas.<sup>149</sup> É com estas receitas que a ARMAF devia proceder ao pagamento de energia eléctrica na ARA-SUL<sup>150</sup> e custear a manutenção do regadio.<sup>151</sup>

Paulatinamente, os camponeses foram se apercebendo que havia necessidade de rentabilização da sua produção, porque segundo os estatutos da associação, a falta de pagamento da taxa de água durante três meses, implicava a confiscação das parcelas e sua posterior transação aos “Novos Utentes”<sup>152</sup> do regadio.<sup>153</sup>

Deste modo, foi incrementada a produção de culturas de rendimento<sup>154</sup>, como por exemplo, as hortícolas, não obstante durante o período do Projecto não terem assimilado

<sup>148</sup> Tembe, Joel das Neves e Baloi, A, 2001, p.15.

<sup>149</sup> Checo, A, 1997, p.23.

<sup>150</sup> Administração Regional de Águas –Sul, é a principal instituição que administra a Barragem dos Pequenos Libombos e que estabelece o cadastro dos utentes. Vide: Tembe, Joel das Neves e Baloi, A, 2001, p.14.

<sup>151</sup> Tembe Joel das Neves e Baloi, A, 2001, p.15.

<sup>152</sup> Designamo-lhes novos utentes porque foi difícil caracteriza-los, pois tratava-se de indivíduos de diferentes identidades, mas não verdadeiramente camponeses. Eram pessoas ligadas ao sector estatal: funcionários públicos, professores, estudantes e outros, que tomaram conhecimento da actividade agrícola no regadio, à partir de empregados da Casa Agrária, motoristas e/ou “Maguevas”. Vide República de Moçambique e República Italiana, 1998, p.42.

<sup>153</sup> Tembe Joel das Neves e Baloi, A, 2001, p.12-16.

<sup>154</sup> O que implicava a existência de um serviço adequado de aluguer de maquinas, abastecimento em insumos, assistência técnica, comercialização, sistema de crédito eficiente e diversificação de culturas.

eficientemente a prática do cultivo de hortícolas, mas sim do milho. Os camponeses tiveram de ser capazes de comprar insumos para as culturas de rendimento, alugar o tractor sem subsídios e esperar pela assistência técnica que nesta altura cabia à Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Namaacha.<sup>155</sup>

Embora durante a última fase para o término do Projecto tenha sido evidenciado esforços para a capacitação dos membros da associação para uma eventual gestão da Casa Agrária e assistência aos camponeses<sup>156</sup>, a ARMAF ia conhecendo dificuldades acrescidas ao longo do tempo, em termos de fundos.<sup>157</sup> A ausência de subsídios para a agricultura, em particular na tarifa de energia eléctrica aplicada e de uma forma de poupança bancária para despesas de médio e longo prazo, aumentou mais as dificuldades da Associação.<sup>158</sup> Por outro lado, a dificuldade que os camponeses mostravam em se adaptar rapidamente ao cultivo de culturas estratégicas (hortícolas), não permitia atingir margens brutas suficientes e que pudessem responder à situação financeira da ARMAF. Deste modo, para minimizar a situação, e porque o FDHA dependia de fundos do orçamento do Estado<sup>159</sup>, esta instituição permitiu a privatização da principal fornecedora

---

<sup>155</sup> Entrevista com Sr. Alberto. Mafuiane, 26/01/06.

<sup>156</sup> PRORURAL/PDRI, 1996, P.29.

<sup>157</sup> Pois, a maioria dos camponeses não tinha poder para proceder ao pagamento de água que gradualmente ia aumentando, de 100.000, 00 Mt, durante os anos de 1995-97, passou para 125.000, 00 Mt já em 1997 e depois para 180.000, 00 Mt em 2000. Muitos camponeses consideravam o custo de água para a agricultura muito elevado em relação a água para o consumo em Maputo, por exemplo. vide: Checo, 1997, p.23, Tembe, Joel das Neves e Baloi, A, 2001, p.12 e República de Moçambique e República Italiana, 1998, p.19.

<sup>158</sup> Entrevista com Carlos Jopela. Maputo: DNA. 3.03.06. Tembe, Joel das Neves e Baloi, 2005, p.17, afirmaram, por exemplo, que as associações de regantes de Mafuiane e Massaca, chegavam a pagar despesas de electricidade estimada em cerca de 26.000.000, 00 Mt por mês no ano 2000; quase 40.000.000, 00 Mt para a manutenção do sistema, no mesmo ano.

<sup>159</sup> Conversa com Dionísio Munguambe. Maputo, 12.02/06.

de insumos e subsídios, a Casa Agrária de Mafuiane, que ficou sob gestão de um agente económico privado, a SIMBRA<sup>160</sup>, Lda.<sup>161</sup>

Para a maioria dos camponeses, os preços dos insumos vendidos nesta instituição eram bastante elevados, e como as culturas de rendimento necessitassem de grandes investimentos em pestecidas, inecticidas, adubos<sup>162</sup> e mão-de-obra, os camponeses não produziam o suficiente para enfrentar o mercado e adquirir rendimentos sucesptíveis de responder aos custos da água. De acordo com Celeste Pascoal,

Com o final dos subsídios que recebiamos da Casa Agrária, tivemos muitas dificuldades em produzir, porque tudo era muito caro, os insumos eram raros de obter e a água saía irregularmente, daí que, as culturas cresciam com muita dificuldade. Eu cultivava o milho, mas tive de dividir a minha parcela com alguém para poder pagar a água... apesar do meu marido apoiar-me com os rendimentos que ele aufera na Barragem, as coisas foram muito difíceis...<sup>163</sup>

Estas afirmações revelam a dificuldades da Associação em garantir a continuidade dos serviços básicos aos camponeses, que outrora cabiam ao projecto, pois, e de acordo com o estudo levado a cabo por Tembe e Baloi<sup>164</sup>, quando as associações falhavam o pagamento da eletricidade, verificavam-se cortes de energia que podiam permanecer 2 ou 3 meses. Esta situação era agravada pela falta de pagamento das taxas de água por parte dos camponeses.

---

<sup>160</sup> Não nos foi possível apurar o significado deste nome. Segundo Arlindo Juareque, este agente económico, vigorou entre os anos 2000- 2003

<sup>161</sup> Entrevista com Alberto. Mafuiane, 26.01/06.

<sup>162</sup> Não nos foi possível encontrar documentos que ilustrassem os preços dos insumos, pois, eram na sua maioria comprados no mercado não oficial.

<sup>163</sup> Entrevista com Celeste Pascoal. Mafuiane, 26.01.06.

<sup>164</sup> Tembe, Joel das Neves e Baloi, A, 2001, p.17

### 3.3.2. A extensão agrícola durante o período da ARMAF

De forma geral, a disponibilidade dos serviços de divulgação de extensão agrícola e introdução de novas tecnologias de produção é deficitária, e é um dos problemas que afecta a produção agrícola em Moçambique.<sup>165</sup> Os serviços de extensão agrícola abrangem uma percentagem muito baixa de produtores que necessitam destes serviços, por falta de intercâmbio e treinamento mais acentuados entre produtores e investigadores, autoridades locais e sobretudo o envolvimento da mulher na adopção de conhecimentos para o melhoramento da agricultura<sup>166</sup>, pois, é a mulher aquela que mais trabalha no campo.

Em Mafuiane, depois da transferência da gestão do regadio para a ARMAF, os serviços de extensão agrícola foram entregues à Direcção Distrital de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Namaacha. Segundo informação dos técnicos desta instituição, havia dificuldade de assistir os camponeses devido ao número reduzido de técnicos extensionistas para esta região, porque o único que existia fazia serviços não só em Mafuiane, mas uma cobertura integrada.<sup>167</sup> Esta situação verificava-se pelo facto de até ao ano de 2002 não ter havido uma rede pública de extensão agrícola especificamente para o distrito de Namaacha.<sup>168</sup>

---

<sup>165</sup> Nhantumbo, I, (2002): "Paz em Moçambique: "Que Impacto sobre o Sector Agrário", In: Mazula, B, (coord), *Moçambique: 10 anos de Paz*, Maputo: CEDE, p.152.

<sup>166</sup> Macuácuá, A, (2003): "Que Estratégias para Redução da Pobreza em Moçambique?": Conferência Constitutiva da OSSREA, Maputo: UEM/CDA, p.14.

<sup>167</sup> Assistia igualmente a região de Changalane. Entrevista com Sr. Alberto e Horácio Langa. Mafuiane, 26.01.06

<sup>168</sup> DPADR; DPPF; Verde Azul Consult. Plano de Desenvolvimento do sector Agrário da Província de Maputo. Vol.I.Relatório Final de Namaacha, 2002, p.10.

Por causa desta deficiência, os camponeses tiveram imensas dificuldades de cultivo em regadio, porque o regadio era constituído maioritariamente por mulheres, crianças e velhos<sup>169</sup> com falta de experiência, o que tornava difícil a divulgação da tecnologia.

A falta de pessoal técnico feminino, para a divulgação destas tecnologias, diminuía a eficiência das intervenções nas famílias, porque o envolvimento da mulher seria um pré-requisito para a divulgação de informações em regiões onde se passou a praticar este tipo de agricultura.<sup>170</sup>

### **3.3.3. O processo de comercialização agrícola**

Durante este período, apesar de existirem camponeses que pudessem manter-se dentro do regadio, escoando os seus produtos para os principais mercados da cidade de Maputo e Matola, os comerciantes “Maguevas”, continuaram a constituir os principais compradores de culturas agrícolas do regadio.

Esta permanência verificava-se devido ao facto de aquando da privatização da Casa Agrária de Mafuiane, os camponeses não disporem de subsídios que lhes proporcionasse a aquisição de insumos e produção de culturas agrícolas susceptíveis de integrar no mercado de comercialização agrícola. Por outro lado, o desconhecimento das zonas para a comercialização da produção e a fraca capacidade económica dos camponeses para escoar os produtos aos centros urbanos, explica a persistência dos “Maguevas” na compra das culturas.

---

<sup>169</sup> A maioria das mulheres trabalha na machamba, contudo, as terras foram registadas em nome dos maridos ausentes ou falecidos. Observação do autor

<sup>170</sup> Nhalivflio, 2001, p.95-6.

Segundo Martinez<sup>171</sup>, numa situação em que se verifica a carestia dos insumos agrícolas, geralmente os camponeses têm produzido para o autoconsumo da família e, (no caso do regadio, e se por ventura tenha mão-de-obra), garantir o pagamento dos trabalhadores e a taxa de água, para não perder o direito de uso e aproveitamento da terra<sup>172</sup>. Como salientou Paulina Cossa:

A comercialização de culturas agrícolas irrigadas tinha certas particularidades, pois, era preciso saber que culturas de rendimento podia-se cultivar, devido à especificidade, carestia e raridade dos insumos ..., por outro lado, devido a escassez de tractores para a lavoura das parcelas, a falta de capitais para as despesas com o transporte, só sobreviveram aqueles camponeses que durante o período do projecto puderam aprender a agricultura de regadio e que tenham algum capital acumulado ..., se não e devido falta de tempo, acabamos vendendo a nossa produção dentro das nossas parcelas aos comerciantes "Maguevas".<sup>173</sup>

Este tipo de comerciantes teve muito impacto ao nível da comercialização, pois, como observou Munguambe<sup>174</sup>, a falta de informação dos preços, das zonas de abastecimento, de procura, em suma, a falta de integração dos camponeses no mercado de comercialização agrícola, levava muitas vezes os comerciantes "Maguevas" a determinar os preços<sup>175</sup> dos produtos agrícolas dentro do regadio. Por outro lado, esta influência dos "Maguevas" ao nível da determinação dos preços dentro das parcelas, deve-se ao facto de não existirem comissões de venda local para a determinação dos preços no regadio.<sup>176</sup>

A qualidade dos produtos cultivados, também pode ter a sua influência na vulnerabilidade dos camponeses nos mercados de culturas agrícolas. Por exemplo, a

---

<sup>171</sup> Martinez, 1991, p, 487.

<sup>172</sup> Segundo República de Moçambique, (2002). Legislação Sobre a Terra, Lei nº19/97. Maputo: Imprensa Nacional, p.4, entende-se por direito de uso e aproveitamento da terra, o direito que as pessoas singulares ou colectivas e as comunidades locais adquirem sobre a terra, com as exigências e limitações da presente Lei.

<sup>173</sup> Entrevista com Paulina Cossa. Mafuiane. 30.03.06.

<sup>174</sup> Munguambe, 2005, p.

<sup>175</sup> Geralmente muito baixos em relação àqueles praticados nos mercados urbanos.

<sup>176</sup> Entrevista com Eugénio Rafael. Mafuiane. 30.03.06.

irregularidade do fornecimento da água dentro das parcelas, a carestia dos insumos, a irregularidade dos serviços de extensão agrícola, tornava as culturas com pouca qualidade, facto que pode levar os camponeses a oferecer a colheita a um preço relativamente baixo, por receio de ver a mesma ( no caso de horticolas), apodrecer por falta de compradores. Sobre o assunto Elisa Sousa Matusse verificou que,

Caso ocorresse uma avaria na estação de bombagem ou houvesse falta de insumos ( sobretudo os pesticidas e insecticidas), verificava-se a perda de muitas culturas pouco resistentes (...), mas também às vezes os produtos apodreciam quando houvesse muita considência na produção de culturas, acabando por não serem compradas pelas "Maguevas".<sup>177</sup>

Segundo Munguambe<sup>178</sup>, a proliferação de comerciantes de diversas regiões no mercado de Maputo, a concorrência com produtos estrangeiros<sup>179</sup> levava a preferência ou rejeição de certas culturas produzidas dentro do regadio.

A dificuldade de integração dos camponeses nos mercados, teve efeitos imediatos sobre as famílias camponesas do regadio, ao reduzir a sua área de cultivo, produzindo para o autoconsumo e pouco, ou quase nada para o mercado. Simultaneamente, concorreu para o abandono das parcelas e sua transacção à camponeses mais capacitados em termos financeiros e capacidade de gestão e comercialização.

### **3.3.3.1. A transacção de parcelas e o assalariamento da mão-obra familiar camponesa**

Com as dificuldades mostradas pela ARMAF em responder aos custos económicos da rega, a privatização da Casa Agrária, a deficiência dos serviços de extensão agrícola, a

---

<sup>177</sup> Entrevista com Elisa Sousa Matusse. Mafuiane. 30.03.06.

<sup>178</sup> Op. cit. p. 57.

<sup>179</sup> Sobretudo vindos da Suazilândia e África do Sul e que são geralmente protegidos pelo Estado.

fraca integração dos camponeses no mercado de produtos agrícolas, só sobreviveram os camponeses mais capacitados, sobretudo aqueles com rendimentos fora da actividade agrícola.

Para além disso, para maior parte dos camponeses do regadio de Mafuiane, a estabilidade na ocupação de parcelas, estava ligada a factores como: ligação tradicional da família com a terra e à própria estabilidade da família no local; à oportunidade alternativa de rendimentos extra-agrícolas e agrícolas ( agricultura de sequeiro, por exemplo); à pressão exercida por famílias exteriores à aldeia e de maior posse e capacidade técnica, comercial e de gestão de recursos, com consequentes resultados na exploração das parcelas.<sup>180</sup>

A maioria destas famílias camponesas, constituídas maioritariamente por mulheres, não cumpria efectivamente com o pagamento da taxa de água, por considerá-la elevada e não obtinham rendimentos suficientemente capazes de responder aos custos da rega. São maioritariamente estas camponesas que têm perdido as suas parcelas passados três meses de dívida, e que por deliberação da Assembleia Geral da Associação, viam as suas terras a serem confiscadas e entregues a outros camponeses ou "Novos Utentes" mais capacitados, desde que se mostrassem dispostos a pagar as dívidas deixadas pelos anteriores detentores.

Mas também, a mudança de ocupação de parcelas registadas, resultava de contactos directos entre o titular da parcela e o novo pretendente.<sup>181</sup> Isto acontecia porque a maioria dos camponeses com títulos de propriedades são residentes de Mafuiane e

<sup>180</sup> República de Moçambique e República Italiana, 1998, p.42.

<sup>181</sup> Algumas vezes eram geralmente esses "camponeses citadinos" que aliciavam os camponeses com dinheiro para "vender" as suas parcelas. Entrevista com Aurélio Nhambete. Maputo: FDHA. 21.02.06.

temiam perder a sua terra para a associação<sup>182</sup> antes de tirar algum proveito dela.<sup>183</sup> Como salientou Eugénio Rafael:

Vivo em Maputo e obtive esta parcela no ano 2000, a partir de contactos com os residentes da aldeia, que me informaram haver uma parcela não explorada, em virtude da dona ter desistido por incapacidade de geri-la ... como a parcela estava registada em nome da associação, apenas fui titularizar a mesma em meu nome.<sup>184</sup>

No início, quando os camponeses começaram a transaccionar a terra, a ARMAF tentou legalizar este processo sob o pedido dos novos ocupantes<sup>185</sup> e, até 1997 evitou a expulsão de camponeses por falta de pagamento de água, entrando num acordo com os camponeses para a diminuição do número de parcelas com famílias detetoras de várias parcelas e que não tinham capacidade de explorá-las. Contudo, até 1998, a ARMAF abandonou esta posição proteccionista<sup>186</sup>, acabando confiscando de facto as parcelas.

A entrada dos “Novos Utentes” para além de ter criado uma diferenciação sócio-económica entre os camponeses no regadio, permitiu o assalariamento da mão-de-obra familiar camponesa. Aliás, segundo Cardoso<sup>187</sup>, um dos aspectos particulares dos projectos de desenvolvimento agrícola é o surgimento de camadas sociais que tenderão a monopolizar os processos de acumulação em seu benefício nos mercados de comercialização agrícola, empregando mão-de-obra assalariada local.

---

<sup>182</sup> Porque segundo os estatutos, a perda da terra implicava a sua devolução à associação. Vide BR n°52, III Série, 18/8/94, em anexo VI.

<sup>183</sup> Vide: República de Moçambique e República Italiana, 1998, p.42 e Tembe, Joel das Neves e Baloi, A, 2001, p. 12-16.

<sup>184</sup> Entrevista com Eugénio Rafael, Mafuiane. 30.03.06.

<sup>185</sup> A tabela constante no anexo VIII, ilustra claramente a dinâmica da transação de parcelas, durante os primeiros anos da gestão do regadio pela Associação.

<sup>186</sup> República de Moçambique e República Italiana, 1998. p.45.

<sup>187</sup> Cardoso, F, (1993): *Gestão e Desenvolvimento Rural: Moçambique no contexto da África Sub-sahariana*, Lisboa: Coleção Estudos sobre África, p.62.

A mão-de-obra mais contratada por estes “Novos Utentes” dentro do regadio, era constituída maioritariamente pelos pioneiros da exploração do sistema de rega, que perderam a sua terra por falta de pagamento de água ou desistência por incapacidade de gestão das parcelas.<sup>188</sup>

Foram estes camponeses que davam a continuidade da produção agrícola sob “orientação” dos “Novos Utentes”, em troca de uma remuneração pela realização de trabalhos como, o cultivo, a sementeira, a colheita e sobretudo o controlo da parcela. Um dos aspectos mais destacados, é o facto destes “Novos Utentes não visitarem regularmente as parcelas<sup>189</sup>, mas a produção agrícola tem a sua continuidade.<sup>190</sup>

### 3.3.4. Avaliação do período da gestão do regadio pela ARMAF

A transferência da gestão do regadio para a ARMAF, para além de ter constituído o início de um novo período na história do regadio, foi aquele em que se pode tirar lições a respeito da viabilidade deste tipo de agricultura em regiões que se pratica predominantemente a agricultura de sequeiro.

Por outro lado, espelha o impacto da constituição de associações de camponeses, no esforço de desenvolver a actividade agrícola, onde a participação conjunta dos camponeses é um pré requisito para a obtenção de resultados satisfatórios.

A ARMAF teve desde início um papel importante na organização dos camponeses após o término do projecto, ao consciencializar a cada regante da importância do sistema de rega

---

<sup>188</sup> Tembe, Joel das Neves e Baloi, A, 2001, p.7-8. Por outro lado, apesar de uma parte dos camponeses possuir parcela no regadio, eram simultaneamente assalariados do projecto. Com o final deste, muitos optaram pela emigração, o que veio a aumentar a tendência migratória nesta região. Vide: República de Moçambique e República Italiana, 1998, pp.5, 39

<sup>189</sup> Ocupando-se frequentemente na comercialização.

<sup>190</sup> Entrevista com Clara Bernardo. Mafuiane, 23.01.06 e Laurinda Matusse. Mafuiane, 25.01.06.

e ao conservar a infra-estrutura. Todavia, simultaneamente, este período foi aquele em que a ARMAF conheceu as maiores dificuldades, em virtude dos constrangimentos sócio-económicos que passaram a surgir.

Com o fim dos subsídios fornecidos pela Casa Agrária, tanto em insumos, assim como em assistência técnica, os camponeses começaram a enfrentar dificuldades em produzir tanto para o mercado, assim como para a subsistência. A privatização da Casa Agrária, por exemplo, longe de responder aos anseios da maioria dos camponeses, parece ter beneficiado os camponeses mais capacitados<sup>191</sup>, pois, os custos dos insumos, agravados pela taxa de água cobrada pela Associação, eram elevados em relação àqueles que se praticavam durante o período do Projecto.

Não obstante ter havido um programa denominado "*Programa de Produção e Promoção de Hortícolas*", financiado pelo FAO durante a Campanha Agrícola 2001/2002, em que os camponeses puderam produzir e vender cerca de 200 toneladas de tomate nos centros urbanos, as campanhas seguintes foram de certo modo pouco encorajadoras. Por outro lado, apesar de não dispormos de dados relativos ao regadio, concluiu-se que durante as campanhas agrícolas 2002/2003, os sectores familiar e Associativo (incluindo o regadio) ao nível do distrito de Namaacha produziram, por exemplo, rendimento/ ha (ton), no caso do milho, 0.15 ton; feijão manteiga 0.2 ton e hortícolas 0.2 ton.

Esta redução da produtividade deveu-se, ao facto dos camponeses não terem mostrado a capacidade de gestão do crédito concedido pelo programa do FAO, isto é, não foram capazes de amortizar a dívida nem de reenvestir o capital dentro das parcelas. Mas também, as condições ambientais, nomeadamente as elevadas temperaturas e a fraca

---

<sup>191</sup> Que tinham outros rendimentos fora do regadio.

queda pluviométrica prejudicaram o desenvolvimento das culturas durante as campanhas 2002/2003.<sup>192</sup>

Por causa da incapacidade que os camponeses tinham de efectuar o pagamento das taxas de água, o que veio a agravar a situação financeira da ARMAF, aliada à dificuldade de prestação de serviços pela Direcção Distrital de Namaacha e à fraca integração no mercado, levou os camponeses a optarem pela “venda” das suas parcelas e o assalariamento da sua força de trabalho. Esta dinâmica teve reflexos nas famílias camponesas, e sobretudo na maneira como elas passaram a relacionar-se com o regadio após a transacção das suas parcelas.<sup>193</sup>

Com a perda das parcelas<sup>194</sup>, o assalariamento da mão-de-obra e as crescentes dificuldades que passaram a existir para as famílias camponesas que continuaram no regadio<sup>195</sup>, e sobretudo para a associação, o sistema de regadio mostrava sinais de deterioração. Muitos camponeses já não participavam nem respeitavam as normas instituídas pela associação, devido ao seu fraco poderio económico, em cumprir com as suas obrigações.<sup>196</sup>

Estudos apontaram a deficiência de fornecimento geral de água dentro das parcelas<sup>197</sup>, problemas de limpeza de lombas e outros de ordem técnica.<sup>198</sup> Concluiu-se haver

---

<sup>192</sup> DDADRN, 2002, Balanço Preliminar da Campanha Agrícola 2001/2002; . Entrevista com Horácio Langa. Namaacha. 13.04.06. Vide também: DDADRN. Balanço Preliminar da Campanha Agrícola 2002/2003. Vide ponto de situação do plano de produção 2002/2003, no anexo IV.

<sup>193</sup> Conclusão do autor e entrevista com Orlando Calvino. Mafuiane, 25.01.06

<sup>194</sup> Que significou o corte dos seus vínculos e responsabilidades com a ARMAF

<sup>195</sup> Por falta de outros rendimentos extra-agrícolas, sendo a terra o seu único meio de sustento.

<sup>196</sup> Tembe, Joel das Neves e Baloi, A, 2001, pp.14-15.

<sup>197</sup> Por exemplo, 12% das parcelas do total do regadio tinham este problema.

ausência de fiscalização pelo órgão de tutela<sup>199</sup>, no sentido de inculcar um certo grau de responsabilidade aos gestores das associações, para evitar a degradação do regadio.<sup>200</sup>

Para além dos aspectos sócio-económicos directamente relacionados com o regadio, alguns autores também se debruçam sobre as causas que podem concorrer para o mau manuseamento dos recursos naturais. De acordo com Checo<sup>201</sup>, as políticas governamentais vigentes, o fraco apoio em extensão rural, a fraca participação do regante concorrem para o mau uso das infra-estruturas.

Segundo Chilundo<sup>202</sup>, também o ambiente urbano e os efeitos da guerra contribuem para deterioração dos recursos, principalmente a partir das camadas mais jovens. Aliás, os “novos utentes” do regadio eram maioritariamente “camponeses citadinos”<sup>203</sup>, que não visitavam permanentemente as terras, apenas garantiam o pagamento da taxa de água junto à ARMAF, mas os cuidados da parcela ficavam a cargo do camponês assalariado<sup>204</sup>.

---

<sup>198</sup> Segundo Aurélio Nhambete, isto acontece porque os camponeses estão culturalmente mais habilitados ao cultivo em sequeiro, razão pela qual na época chuvosa, por exemplo, ao invés de controlar as enchentes de água nas parcelas, eles abandonam o regadio, ocupando-se na machamba de sequeiro. Maputo: FDHA. 21.02.06. Todavia, justificação contrária foi apresentada por Paulina Cossa, ao argumentar que no tempo chuvoso os camponeses abandonam o regadio porque a terra fica muito alagada e pesada, não havendo condições de lavoura, devido a escassez e elevado custo de aluguer de tractores, preferiam esperar pelo esvaziamento da água, ocupando-se na machamba de sequeiro.

<sup>199</sup> O FDHA

<sup>200</sup> República de Moçambique e República Italiana, 1998, p.97.

<sup>201</sup> Op. cit. p.4-6.

<sup>202</sup> Op. cit. P.42.

<sup>203</sup> Segundo a terminologia usada por Aurélio Nhambete.

<sup>204</sup> Que nem sempre tinha tempo suficiente, porque uma vez não possuir terra no regadio, ou se possuir, esta não era produtiva, o camponês concentrava a sua atenção ao cultivo em sequeiro ou outras actividades na aldeia. Conclusão do autor e entrevista com Clara Bernardo. Mafuiane, 23.01.06.

As relações de género na distribuição da força de trabalho influenciam na forma de gestão dos recursos, sobretudo o solo.<sup>205</sup> Sendo a actividade agrícola em regadio pouco significativa para a maioria dos homens<sup>206</sup>, estes preocupam-se em adquirir outras estratégias de sobrevivência deixando as mulheres, os velhos e as crianças a cuidar da terra.

Tal situação acontecia porque da mesma forma que a família urbana não pode ter como fonte de rendimentos os exíguos salários auferidos no sector formal, a família camponesa também não têm na agricultura a sua principal fonte de sustento. Por essa razão, enquanto a família urbana se envolve em pequenos biscates ou investimentos de pequena escala<sup>207</sup>, a família camponesa corta a lenha, fabrica bebidas alcóolicas ou migra para as cidades, tornando-se assalariado.<sup>208</sup> Isto ilustra que as famílias camponesas e urbana não procuram rendimentos de forma homogênia<sup>209</sup>.

Esta dinâmica reflete-se na distribuição da mão-de-obra familiar na família camponesa, normalmente são os homens que emigram, cabendo as mulheres e as crianças as tarefas domésticas incluindo a agricultura.

Todavia, a maior parte dos rendimentos obtidos em actividades extra- agrícolas não é sempre investido na machamba, dado que com o incremento do mercado da terra as

---

<sup>205</sup> Tique, C, (2001): "Aspectos de Género e Conservação de Solos: Estratégias de Adaptação e de Sobrevivência Adoptadas pelos Camponeses, em particular pelas Mulheres de Gondola, Província de Manica", In, Waterhouse, R e Vijthuisen, C, (dir), *Estratégia das Mulheres Proveito dos Homens: Género, Terra e Recursos Naturais em Diferentes Contextos Rurais em Moçambique*, Maputo: NET, FAEF, ACTIONAID, p.123-4.

<sup>206</sup> Vide: Tabela nº2.

<sup>207</sup> A família urbana desloca-se para o campo, porque a aquisição de terras por exemplo, tornou-se uma fonte suplementar de rendimentos para os funcionários do Estado.

<sup>208</sup> Negrão, J, (1994): Adjudicação do Tempo de Trabalho e Processos de Tomada de Decisões na Família Rural Moçamnicana, In: *EXTRA nº 14*. Maputo: UEM/NET, p.4.

<sup>209</sup> Negrão, J, (1996): " Alternativas Para o Sector Familiar: Notas à Política Nacional de Terras e ao AnteProjecto da Lei de Terras." Versão preliminar, Maputo: UEM/ NET, p. 4-5.

famílias camponesas receiem perder as suas parcelas. Ferrão<sup>210</sup> concluiu que caso as terras não sejam propriedade definitiva, o camponês sente dificuldades em investir no melhoramento da produção em terras cuja posse não lhe está garantido, o que acelera deterioração dos solos.

#### **4. As Reformas do Sector Hidro-Agrícola e sua incidência para os regadios do Sector Familiar, 2003.**

No âmbito da política nacional de gestão e conservação dos recursos naturais, o Governo de Moçambique, através do MADER e instituições subordinadas<sup>211</sup>, anunciou em 2003 reformas para a dinamização do sector hidro-agrícola. A estratégia privilegiada, foi a *promoção e desenvolvimento dos operadores na agricultura irrigada e fomento de tecnologias adequadas.*

Com vista à prossecução destes objectivos, considerou-se a capacitação e orientação das Associações dos Regantes (AR), através de um quadro legal, como a melhor forma de estabelecer a boa gestão dos regadios. Através do fundo do Estado, em parceria com o FAO e a Cooperação Italiana, os regadios beneficiariam-se de reabilitação e estímulo para a participação do regante.<sup>212</sup>

De acordo com os nossos entrevistados, estas reformas não se fizeram sentir no Regadio de Mafuiane, pois desde a instalação do regadio não houve reabilitação das infra-estruturas.<sup>213</sup> As reformas ainda não foram implementadas no terreno, pelo facto de estar

---

<sup>210</sup> Ferrão (1992), p. 177.

<sup>211</sup> Nomeadamente a DNHA e FDHA

<sup>212</sup> MADER, (2003), Seminário de Dinamização do Sector de Hidráulica- agrícola : Caracterização Geral e Perspectivas, Maputo: DNHA, pp.4-7.

<sup>213</sup> Entrevista com a Direcção da ARMAF. Mafuiane, 26.01.06.

em curso um processo gradual de elaboração de manuais para o treinamento ao nível provincial e distrital.<sup>214</sup>

---

<sup>214</sup> Entrevista com Aurélio Nhambete. Maputo: FDHA., 21.02.06.

## 5. Conclusão

O regadio de Mafuiane foi instalado para responder aos factores conjunturais que dificultavam o desenvolvimento da actividade agrícola na aldeia de Mafuiane. A baixa pluviosidade, a disposição dos solos, a densidade populacional em virtude da construção da Barragem dos Pequenos Libombos e criada pelos efeitos da guerra, não permitiam a segurança alimentar das famílias.

Na expectativa de colmatar estes factores adversos, foi instalado o regadio de Mafuiane em 1992/3, num acordo celebrado entre o Governo Moçambicano e a República Italiana, de modo facultar a rentabilidade económica de algumas famílias da aldeia, através da produção e comercialização de culturas agrícolas irrigadas.

Não obstante no início da gestão do regadio pelo projecto ter permitido e garantido rentabilidade económica, durante o período da gestão do mesmo pela ARMAF, este não constituía a principal actividade, por não oferecer a segurança e regularidade de rendimentos devido a factores como:

- Incapacidade económica das famílias em responder aos custos económicos da rega e persistência dos hábitos de cultivo em sequeiro;
- Debilidade económica da ARMAF para garantir o pleno funcionamento do regadio; em virtude da dificuldade de pagamento das obrigações mensais junto à ARA-SUL;
- Dificiência dos serviços de extensão agrícola, incapazes de responder aos inúmeros problemas que passaram a surgir dentro do regadio;
- Fraca participação dos regantes na resolução dos problemas internos;
- Trespasse de parcelas para “novos utentes” e assalariamento dos camponeses pioneiros que às vezes se ocupam mais no sequeiro;

- Emigração da força de trabalho masculina para as cidades de Maputo, Matola e para os países vizinhos, Africa do Sul e Suazilândia e,
- De forma geral as famílias camponesas não estão preparadas para assumir por si os riscos de uma agricultura especializada, com maiores exigências de insumos agrícolas e um mercado fortemente influenciado pela concorrência dos países vizinhos.<sup>215</sup> Por essa razão, a ausência de políticas de subsídios para o sector da agricultura no país, por exemplo, em forma de concessão de créditos, insumos agrícolas, extensão agrícola e sobretudo apoio à comercialização agrícola, é um dos problemas que tem afectado a agricultura do sector familiar.

---

<sup>215</sup> República de Moçambique e República Italiana, 1998, p. 59.

## Fontes Consultadas

### A. Entrevistas:

1. Adelaide Xadrequé ( Vogal da ARMAF), Mafuiane.26.01.06.
2. Alberto ( Técnico Extensionista da DDARN). Mafuiane, 26.01.06
3. Arlindo Juareque, ( Guarda da Casa Agrária). Mafuiane, 30.03.06
4. Aurélio Nhambete ( Engenheiro Civil). Maputo: FDHA. 21.02.06.
5. Balbina Amélia Macamo ( Presidente da ARMAF). Mafuiane.26.01.06
6. Clara Bernardo ( Comerciante). Mafuiane 23.01.06
7. Carlos Jopela ( Engenheiro Hidráulico). Maputo: DNA. 03.03.06..
8. Celeste Pascoal (Camponesa). Mafuiane. 26.01.06.
9. Celeste Luís Chirindza ( Camponesa). Mafuiane, 24/5.01.06.
10. Eugénio Rafael ( Camponês “ Novo Utente”)
11. Fernando Muchanga ( Conselheiro da Comissão de Gestão da ARMAF). Mafuiane. 26.01.06.
12. Horácio Langa ( Técnico extensionista da DDARN). Mafuiane, 26.01.06
13. João Chavango ( Camponês). Mafuiane 25.01.06
14. Laurinda Matusse ( Camponesa) Mafuiane. 25. 01.06.
15. Lina Augusto Mucavel( Tesoreira da ARMAF). Mafuiane. 25/6.01.06.
16. Marta Tembe ( Camponesa). Mafuiane. 25.01.06.
17. Orlando Calvino ( Camponês). Mafuiane, 25.01.06
18. Paulina Cossa ( Camponesa). Mafuiane, 30.03.06.
19. Pedro Miyuane ( Fiscal do regadio) . Mafuiane, 26/01/06.

### B. Documentos:

ACNUR, PNUD (1997). *Perfil de Desenvolvimento Distrital*. Distrito de Namaacha MADER, (2003), Seminário de Dinamização do Sector de Hidráulica- agrícola; Caracterização Geral e Perspectivas, Maputo: DNHA.

ADAM, Y(sd), Programa de Desenvolvimento Rural de Chitima: Da árvore de Natal à Intervenção Sustentável”: Esboço para Discussão, Maputo.

BOKDE, S e ERRIGH, C,(1997), Efeito da Produção Agrícola de Culturas Irrigadas sobre as Propriedades Químicas dos Solos no Perímetro Irrigado de Mafuiane e Massaca,( PDRI), Maputo– Umbeluzi –Tembe e Boane.

CHILUNDO, A, (1998), Avaliação do Impacto Sócio Económico e Ambiental do Projecto de Conservação Transfronteiriço nos Distritos de Magude e Moamba”. Relatório Preliminar. Maputo: AMOTERRA.

COUTO, A, et al, (1997), Projecto da Barragem dos Pequenos Libombos: Estudo do Plano de Controlo Ambiental. Relatórios Sectoriais, vol.2.

DDARN, 2002, Balanço Preliminar da Campanha Agrícola 2001/2002.

DDARN, Balanço Preliminar da Campanha Agrícola 2002/2003.

DDADRN, 2004, Relatório Anual 2004.

DIREZIONE GENERAL PER LA COOPERAZIONE ALLO SVILUPPO MINISTERO AFFARI ESTERI ITALIANO (1990). Programa Di Sviluppo Rurale Integrado Nella Provincia Di Maputo, Umbelúzi- Tembe: CMC. DNHA.

DPADR; DPPF; Verde Azul Consult. Plano de Desenvolvimento do sector Agrário da Província de Maputo ( 2002). Vol.I.Relatório Final de Namaacha.

HATTON, J e COUTO, A et al (1993), Avaliação do Impacto Ambiental das Práticas Agrícolas em redor da Barragem dos Pequenos Libombos, Maputo, GAPI/ DNHA.

JIMENEZ et al, (1990): Estudo preliminar do Sistema de Produção na Região do Umbelúzi: Apoio ao Desenvolvimento da Investigação Agrícola, Documento do Campo n° 3, Maputo.

MACUÁCUA, A, (2003), Que Estratégias para Redução da Pobreza em Moçambique?: Conferência Constitutiva da OSSREA, Maputo: UEM/ CDA.

NEGRÃO, J, (1996), Alternativas Para o Sector Familiar: Notas à Política Nacional de Terras e ao Ante-Projecto da Lei de Terras. Versão preliminar, Maputo: UEM/ NET.

PARTIDO FRELIMO ( 1989), Directivas Económicas e Sociais. V Congresso, 1989. Maputo: 25/A CEA.

PRORURAL, 1991.Informação de Destaque. Maputo: SEHA.

PRORURAL /PDRI,( 1996). Estudo de Avaliação do Projecto. Draft do Relatório Final. GESO/CI/ FDHA.

PRORURAL, (1990), Programa de Desenvolvimento Rural Integrado na Província de Maputo -Umbeluzi-Tembe, Intervenção para a Fase Prioritária, Maputo: SEHA.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE E REPÚBLICA ITALIANA (1998), Programa Desenvolvimento Rural Integrado na Província de Maputo – Umbeluzi – Tembe. Relatório Final de Monitoragem Sócio – Económica dos Regadios de Mafuiane e Massaca – Período de “ Novembro 95 – Outubro 97”

SEHA (1988): Secretariat of State for Agricultural Hydraulics: Umbeluzi Valley Irrigation Project- Detailed Study and Design. Draft of Final Report. Vol. I, Grenoble: SOGREAH.

TEMBE, JOEL DAS NEVES e BALOI, A, (2001), Water Access, Policies and Irrigation Schemes Management in Mozambique: A Case Study of Umbeluzi Basin. Maputo: UEM/NET.

VILANCULOS, M, e SERNO, G, (1993), Levantamento Detalhado dos Solos da Área de Mafuiane, Série Terra e Água, Comunicações n° 70, Maputo: INIA.

#### **C. Legislação**

BR n°52, III Série, 18/8/94.

República de Moçambique, (2002). Legislação Sobre a Terra, Lei n°19/97. Maputo: Imprensa Nacional,

#### **D. Monografias**

ABRAHAMSSON, A e NILSSON, A (1994), *Moçambique em Transição: Estudo da História de Desenvolvimento Durante o Período de 1974-1992*, Gotemberg/ Maputo: CEEI-ISRI.

ABRAHAMSSON, A e NILSSON, A, (1995): *Ordem Mundial Futura e Governação: "Empowerment" e Espaço de Manobra*, Maputo: CEEI-ISRI.

BOWEN, M., (2000), *The State against the Peasantry: Rural Struggles in Colonial and Post Colonial Mozambique*, Charlottes Ville: University Press of Virginia.

CASAL, Y, (1996), *Antropologia e Desenvolvimento das Aldeias Comuns de Moçambique*. Lisboa: Ministério da Ciência e Tecnologia/ Instituto de Investigação Tropical.

CASTEL-BRANCO, C, (1994): "Estratégias do III e IV Congressos da FRELIMO e a Estrutura Agrária", in, Castel-Branco, C, (org.), *Moçambique: Perspectivas Económicas*, Maputo: UEM/FFE.

COVANE, A, (2001), *O Trabalho Migratório e a Agricultura no Sul de Moçambique, 1920-1992*, Maputo: Promédia

EGERO, B, (1990): *Moçambique: Os Primeiros Dez Anos de Construção da Democracia*, Maputo: AHM.

MARTINEZ, S, (1991) : *Economia Política*. Coimbra: Almedina.

NEGRÃO (2001): *Cem Anos de Economia da Família Rural Africana*. Maputo: Promédia.

NEWIT (1995): *História de Moçambique*. Mira Sintra: Publicações Europa América, Lda,

#### E. Artigos

CABRAL, F, (2000), (dir): *Revista Empresas: Soluções e Negócios*, Maputo.

FERRÃO, M. (1992), "O Regadio Como Processo de Aumento de alimentos. Uma Alternativa à Destrução dos Recursos Naturais nos PVD", *In: FERRÃO, M. ( coord.): Agricultura e Desertificação*. Lisboa: AIJE.

NEGRÃO, J, (1994): Adjudicação do Tempo de Trabalho e Processos de Tomada de Decisões na Família Rural Moçamnicana, *In: EXTRA nº 14*. Maputo: UEM/NET.

NHALIVÍLIO, M, (2001): " Estratégias de Homens e Mulheres na Produção Agrícola num Sistema de Regadio de Massaca, na Província de Maputo", *In: Vijfhuizen, C e Cavane, E, (dir): Aprendendo a Entender os Aspectos do Desenvolvimento Rural: Estudos de Trabalho de Diploma a nível de Licenciatura e Mestrado*. Maputo

NHANTUMBO, I, (2002): " Paz em Moçambique: "Que Impacto sobre o Sector Agrário", *In: Mazula, B, (coord), Moçambique: 10 anos de Paz*, Maputo: CEDE.

ROESCH, O, (1992): "A Reforma Económica em Moçambique: Notas sobre a Estabilização, a Guerra e a Formação de Classes" *In , Arquivo, 11*, Maputo: UEM/CEA.

TIQUE, C, (2001): "Aspectos de Género e Conservação de Solos: Estratégias de Adaptação e de Sobrevivência Adoptadas pelos Camponeses, em particular pelas Mulheres de Gondola, Prnvícia de Manica", *In, Waterhouse, R e Vijfhuizen, C, (dir), Estratégia das Mulheres Proveito dos Homens: Género, Terra e Recursos Naturais em Diferentes Contextos Rurais em Moçambique*, Maputo: NET, FAEF, ACTIONAID.

VIJFHUIZEN, C, (2001): "Perdendo o Controlo :Género e Terra no regadio de Massaca, Província de Maputo", *In, Waterhouse, R, Vijfhuizen, C, (dir), Estratégia das Mulheres Proveito dos Homens: Género, Terra e Recursos Naturais em Diferentes Contextos Rurais em Moçambique*, Maputo: NET, FAEF, ACTIONAID.

#### F. Dissertações

ADAM, Y, (1996): "Trick a Treat: Relations between Destabilization, Aid and Government Policies in Mozambique, 1975-1990", (A Dissertation Submitted for the PhD degree in Developments Studies), Roskild University

ANDRÉ, H, (1993): "Actividades Alternativas á Machamba Familiar: Sua contribuição Relativa no Rendimento de Famílias Camponesas Lideradas por Homens e nas Lideradas por Mulheres, Aldeia de Mafuiane", ( Tese de Licenciatura, Maputo: UEM/FAEF

BILA, L, (1993): "Análise da Produção Agrícola no Regadio de Mafuiane", (Tese de Licenciatura, Maputo: UEM/FAEF).

CHECO, A, (1997): "A Organização dos Regantes e Gestão de Água nos Regadios da Província de Maputo", ( Tese de Licenciatura, Maputo: UEM/FAEF

LUÍS, T, (2003): "Sistemas de Uso de Terra em Mafuiane e Massaca," ( Tese de Licenciatura, Maputo: UEM/FAEF).

MACUCULE, A, M,(2004): "Construção, Contexto Político e Impacto Sócio - Económico da Barragem de Corumana 1981-2003", (Tese de Licenciatura em História), Maputo: UEM.

MUNGUAMBE, D, S, (2005): "A Integração da Produção Camponesa no Mercado de Comercialização Agrícola, 1994-2001: O Regadio de Massaca I", ( Tese de Licenciatura em História), Maputo: UEM.

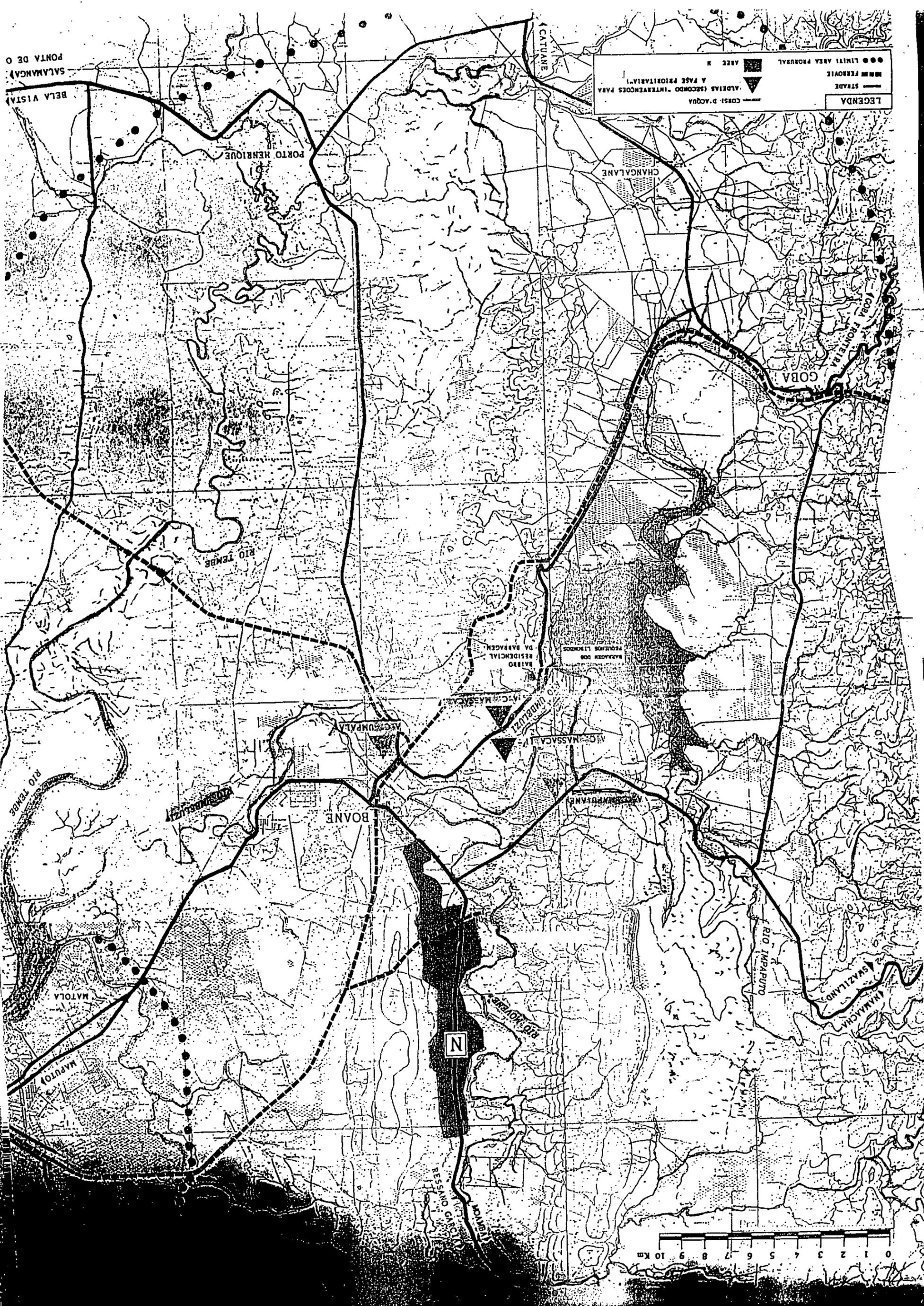
PINTO PIRES, E, (1995): " Monografia do Distrito da Namaacha", ( Tese de Licenciatura), Maputo: UEM.

SIMÃO, F, (2001). "O Projecto de Desenvolvimento Agrário de Inhassune/Ramalhusca: contexto e impacto sócio-económico, 1980-1999", UEM/FLCS. ( Tese de Licenciatura).

ZANDAMELA, S, (1998): "Análise da Eficiência Técnica do Regadio de Mafuiane", (Tese de Licenciatura), Maputo: UEM/FAEF, pp.6-8.

## ANEXO (I)

Mapas: Áreas para intervenções prioritárias do projecto PRORURAL



LEGENDA  
 --- STRADA  
 --- FERROVIA  
 --- LIMITI AREA PROVINCIALE  
 --- ALDEIAS (SECONDO "INTERENCOES PARA A FASE PRIORITARIA")  
 --- CORSI D'ACQUA

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 Km

Direzione Generale per la Cooperazione ALLO SVILUPPO  
 MINISTERO AFFARI ESTERI ITALIANO

BELLA VISTA  
 SALAMANGA  
 PONTA DE O

PORTO HENRIQUE

CHANGALANE

Goba

RIO TEMBE

BOANE

MATOLA

MAPUTO

N

SWAZILANDIA  
NAMALICHA

RIO IMPAFUTO

RIO LIMPOPO

BOANE

N

BOANE

BOANE

ANEXO ( II)

Mapa de algumas infra-estruturas reabilitadas e construidas pelo projecto PRORURAL



ANEXO (III)

Mapa de localização do regadio de Mafuiane





## ANEXO (IV)

Tabelas: Evolução dos custos económicos da exploração das parcelas (1993-2003)

Tabela . Estimativa do Orçamento do Milho Usando a Tecnologia

Semi-Mecanizada

Cultura: Milho		Compasso: 70*130		
Variedade: Matuba		Profundidade: 4 a 5 cm		
Tipo de solo: Franco-argiloso		Nº de grão/covacho: 1		
Época: Novembro/Março		Densidade: 150.000 plantas/ha		
Ano: 1996 a 1997		Ciclo: 120 dias		
Área: 1 Hectare		Produção: 4.000 Kg		
Itens	Unidade	Quantidade	Custo Unitário(Mt)	Valor Total(Mt)
Lavoura	H.máq	3,5	100.000	350.000
Gradagem	H.máq	1,0	100.000	100.000
Sulcagem	H.máq	1,5	100.000	150.000
Limpeza dos sulcos	Jornas	4,0	15.000	60.000
Sementeira	Jornas	5,0	15.000	75.000
Adub. de fundo	Jornas	1,0	15.000	15.000
1a. Pulverização	Jornas	1,0	15.000	15.000
Adub. de cobertura	Jornas	1,0	15.000	15.000
Sacha/desbaste	Jornas	40,0	15.000	600.000
Ressementeira	Jornas	2,0	15.000	30.000
2a. Pulverização	Jornas	2,0	15.000	30.000
3a. Pulverização	Jornas	2,0	15.000	30.000
Rega	Jornas	32,0	15.000	480.000
Semente	Kg	28,5	3.500	99.750
Fertilizante	Kg	150,0	3.400	510.000
Pesticida	L	0,75	162.500	121.875
Taxa de Água	Mês*	3,0	156.250	468.750
Colheita	Jornas	10,0	15.000	150.000
Transporte	Jornas	8,0	15.000	120.000
Debulha	Jornas	8,0	15.000	120.000
Sacos	Unidade	70,0	2.500	175.000
<b>Total CV</b>				<b>3.715.187</b>
Enxada	Unidade	0,125	20.000	2.500
Pá	Unidade	0,032	75.000	2.400
<b>Total CF</b>				<b>4.900</b>
<b>Custos Totais</b>				<b>3.720.087</b>
Produção	Kg	4.000	2.800	11.200.000
Valor da Produção	Mt			11.200.000
Margem Bruta	Mt			7.484.813
<b>Rendimento Líquido</b>	<b>Mt</b>			<b>7.479.913</b>

\*refere-se ao período de irrigação

Fonte: BILA, 1993, p. 26

Tabela 1. Estimativa do Orçamento do feijão-verde Usando a Tecnologia Semi-Mecanizada

Cultura: Feijão-verde		Época: Outubro a Dezembro		
Variedade: Contender		Ano: 1996		
Tipo de solo: Franco-argiloso		Área: 1 Hectare		
Produção: 4 000 Kg				
Itens	Unidade	Quantidade	Custo Unitário(Mt)	Valor Total(Mt)
Lavoura	H.maq	3,5	100.000	350.000
gradagem	H.maq	1,0	100.000	100.000
Sulcagem	H.maq	1,5	100.000	150.000
Sementeira	Jornas	5,0	15.000	75.000
Pulverização	Jornas	3,0	15.000	45.000
Adub. de fundo	Jornas	2,0	15.000	30.000
Adub. Cobertura	Jornas	2,0	15.000	30.000
Sacha	Jornas	25,0	15.000	375.000
Rega	Jornas	30,0	15.000	450.000
Semente	Kg	5,0	15.000	75.000
Fertilizante	Kg	150,0	3.400	510.000
Pesticida	L	1,0	162.500	162.500
Taxa de Água	Mês*	4,0	156.250	625.000
Colheita	Jornas	20,0	15.000	300.000
Transporte	Jornas	2,0	15.000	30.000
Debulha	Jornas	15,0	15.000	225.000
Sacos	Unidade	25,0	2.500	62.500
<b>Total CV</b>	<b>Mt</b>			<b>3.595.000</b>
Enxada	Unidade	0,125	20.000	2.500
Pá	Unidade	0,032	75.000	2.400
<b>Total CF</b>	<b>Mt</b>			<b>4.900</b>
<b>Custos Totais</b>	<b>Mt</b>			<b>3.599.900</b>
Produção	Kg	4.000	5.000	20.000.000
Valor da Produção	Mt			20.000.000
Margem Bruta	Mt			16.405.000
<b>Rendimento Líquido</b>	<b>Mt</b>			<b>16.400.100</b>

\*refere-se ao período de irrigação

Fonte: Bick, 1999, p. 30

Resultados económicos das parcelas

MARGEM DIRECTA PROPORCIONAL / BA físico <sup>3</sup>						
	MASSACA			MAFUIANE		
	1º ANO	2º ANO	Média anual	1º ANO	2º ANO	Média anual
média	18.39	11.400	12.588	15.531	6.027	10.502
MAX.	27.883	22.989	17.870	34.745	18.521	20.478
MIN.	7.774	(1.278)	4.492	(1.624)	(7.895)	(1.001)
Desvio	20.109	24.267	13.378	36.369	26.416	21.479
% > média	54%	46%	50%	56%	44%	56%
Margem neg.	0	3	0	2	3	1

Fonte: República de Moçambique e República Italiana, 1998, p.45.

**Ponto de situação do plano de produção 2002/2003**

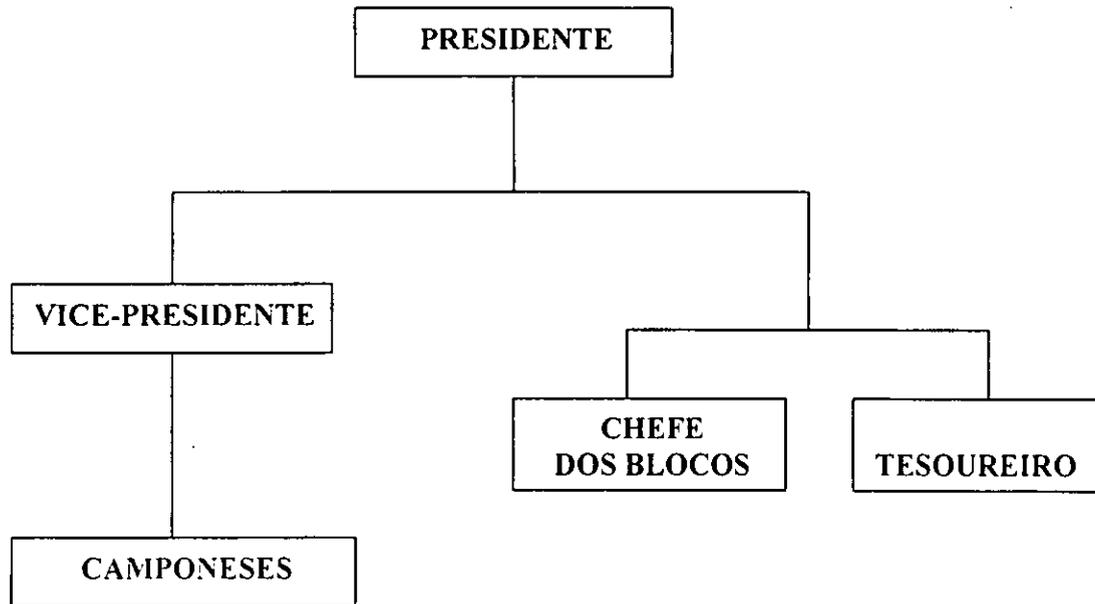
Sectores	culturas <sup>1</sup>	Produção real ( ton)	Rendimento real (ton)
<b>Privado</b>	Milho	150	0,6
“	F. nhemba	4	0,2
“	Hortícolas	225	1,5
<b>Associativo</b>	milho	60	0,8
“	F. nhemba	8	0,2
“	Hortícolas	-	-
<b>Familiar</b>	Milho	1200	0,6
“	F. nhemba	40	0,2
“	Hortícolas	500	-

Fonte: Adaptado de: DDADRN , 2004, Relatório Final, 2004.

<sup>1</sup> Escolhemos aquelas culturas mais produzidas tanto para o consumo assim como para a comercialização.

ANEXO (V)  
Composição da ARMAF

## ORGANIZAÇÃO DOS REGANTES DE MAFUIANE



Fonte: Tembe e Baloi (2001)

ANEXO (VI)  
BR. n° 52, III série de 18/08/94

**ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO**

É dispensada a reunião da assembleia geral e dispensadas as formalidades da sua convocação quando todos os sócios concordem por escrito na deliberação ou concordem que por esta forma se delibere, considerando-se válidas as condições e deliberações tomadas ainda que realizadas fora da sede social em qualquer ocasião que seja o seu objecto nos termos permitidos por lei.

**ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO**

Um) Na hipótese prevista no artigo anterior uma vez manifestada por todos os sócios a vontade de deliberar aplicam-se todos os preceitos legais e contratuais relativos ao funcionamento da assembleia geral, a qual porém, só pode deliberar sobre os assuntos consentidos por todos os sócios.

Dois) O representante de um sócio só pode votar em deliberações tomadas nos termos do artigo anterior, se para o efeito estiver expressamente autorizado.

**ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO**

As actas das assembleias devem identificar os nomes dos sócios presentes ou nelas representados, o valor da quota de cada um

**ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO**

**Conselho fiscal**

Um) A fiscalização da actividade financeira da sociedade é da competência de um conselho fiscal composto pelos membros eleitos pela assembleia geral.

Dois) Para que o conselho fiscal possa deliberar é necessário que estejam representados os seus membros.

**CAPITULO IV**

**Disposições gerais**

**ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO**

Um) O exercício social coincide com o ano civil.

Dois) O balanço e o relatório de contas fechar-se-ão até trinta e um de Dezembro de cada ano sendo submetidos a assembleia geral para aprovação.

**ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO**

Os lucros que o balanço registar, líquidos de todas as despesas e encargos, terão as seguintes aplicações:

- a) A percentagem legalmente indicada para constituir o fundo de reserva;
- b) Para outras reservas que seja resolvido criar, as quantias que se determinarem por acordo unânime dos sócios;
- c) Para dividendo aos sócios na proporção das quotas o remanescerem.

**ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO**

Um) A sociedade não se dissolve por morte ou interdição de qualquer sócio continuando com os sucessores ou representantes do falecido ou interdito, os quais exercerão em comum os respectivos direitos enquanto a quota permanecer indivisa.

Dois) A sociedade só se dissolve nos casos determinados na lei sendo então liquidada como os sócios deliberarem. O mesmo sucederá se a dissolução for por acordo dos sócios passando todos a serem seus liquidatários e devendo proceder a sua liquidação

**ARTIGO VIGÉSIMO NONO**

As questões entre os sócios ou entre estes e a sociedade relativamente nos assuntos que naquela qualidade se suscitarem e não possam ser resolvidas por arbitragem voluntária perante a assembleia geral serão discutidas nas secções competentes do tribunal na República de Moçambique.

**ARTIGO TRIGÉSIMO**

Em todo o caso omisso regularão as disposições da lei das sociedades por quotas e a restante legislação aplicável e em vigor na República de Moçambique.

Está conforme.

Maputo, um de Novembro de mil novecentos e noventa e três.—O Ajudante do Cartório (Ilegível).

**Associação de Regantes de Mafuiane**

No dia dezoito de Julho de mil novecentos e noventa e quatro, nesta cidade da Matola e na Conservatória dos Registos e Notariado, perante mim Madalena André Bucuane Monjane, substituta do conservador com funções notariais, compareceram como outorgantes:

*Primeiro* — Alberto Uaquisso Marane, solteiro, maior, natural de Jange-Massinga e residente em Boane, portador do Bilhete de Identidade número seiscentos e noventa e dois mil quinhentos e noventa e nove, emitido pela Direcção de Identificação Civil de Inhambane, em trinta e um de Agosto de mil novecentos e oitenta e nove.

*Segundo* — Danhane Henrique Omvana, casado, natural de Anhane — Matola e residente em Namaacha, portador do Bilhete de Identidade número dois milhões quinhentos e sessenta e oito mil setecentos e trinta e três, emitido em vinte e três de Junho de mil novecentos e oitenta e seis, pela Direcção de Identificação Civil de Maputo.

*Tercero* — Martins Guenha, solteiro, maior, natural de Namaacha e residente em Namaacha, portador do Bilhete de Identidade número seiscentos e oitenta e três mil setecentos e quatro, emitido em dez de Setembro de mil novecentos e noventa e dois pela Direcção de Identificação Civil de Maputo.

*Quarto* — Jaime Mazuze, solteiro, maior, natural de Boane e residente em Boane, portador do Bilhete de Identidade número seis milhões seiscentos e sessenta e um mil e quarenta e um, emitido em cinco de Agosto de mil novecentos e noventa e três pela Direcção de Identificação Civil de Maputo.

*Quinto* — Muzunga Salazar Filipe Cossa, solteiro, maior, natural de Chilembene — Limpopo e residente em Boane, portador do Bilhete de Identidade número seiscentos e sessenta e quatro mil quatrocentos e onze, emitido em catorze de Julho de mil novecentos e noventa e dois, pela Direcção de Identificação Civil de Xai-Xai.

*Sexto* — Emerciana L'pondo, solteira, maior, natural da Matola, e residente em Namaacha, portadora do Bilhete de Identidade número seiscentos e noventa e um mil oitocentos e vinte e cinco, emitido em dezassete de Setembro de mil novecentos e noventa e um pela Direcção de Identificação Civil de Maputo.

*Sétimo* — Horácio Pedro Muiwane, solteiro, maior, natural de Zuza, Chókwe e residente em Namaacha, portador do Bilhete de Identidade

cinquenta e um mil seiscentos e catorze emitido em quatro de Dezembro de mil novecentos e noventa e dois, pela Direcção de Identificação Civil de Xai-Xai.

*Oitava* — Armando Uamba, casado, natural de Vundicha — Sabié e residente em Namaacha, portador do Bilhete de Identidade número seiscentos e noventa e dois mil trezentos e vinte e três, emitido em um de Fevereiro de mil novecentos e oitenta e nove, pela Direcção de Identificação Civil de Maputo.

*Nono* — Francisco Matusse, casado, natural de Mafuiane — Namaacha e residente em Namaacha, portador do Bilhete de Identidade número quatrocentos e trinta e um mil quinhentos e seis, emitido em trinta e um de Março de mil novecentos e noventa e dois, pela Direcção de Identificação Civil de Maputo.

*Décimo* — Otilia Tomás da Conceição Tlmana, casada, natural de Movana — Manhiça e residente em Namaacha, portador do Bilhete de Identidade número setecentos e cinquenta e quatro mil duzentos e trinta e um, emitido em dez de Setembro de mil novecentos e noventa e dois pela Direcção de Identificação Civil de Maputo.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos Bilhetes de Identidade acima indicados.

E por eles foi dito:

Que constituem entre si uma associação que se rege pelas cláusulas seguintes:

**CAPITULO I**

**Denominação, finalidade e área**

**ARTIGO PRIMEIRO**

Um) É constituída uma associação de regantes, denominada Associação de Regantes de Mafuiane, cujo objectivo fundamental é a gestão e o aproveitamento do sistema de regadio implantado na região de Mafuiane, abrangendo dois blocos:

- Mafuiane Norte, com cento e vinte e seis vírgula seis hectares e cento e noventa e sete parcelas; e
- Mafuiane Sul, com trinta e seis vírgula cinco hectares e cinquenta e sete parcelas, integrando, ambos os blocos, uma área total de cento e sessenta e três vírgula um hectare, que poderá ser aumentada em caso de ampliação do sistema de regadio ou de realização de novas infraestruturas de rega e drenagem.

Dois) A titularização do terreno, compreendendo a área total de cento e sessenta e três vírgula um hectares, com a configuração geográfica, descrição limites e localização constantes da respectiva planta topográfica será efectuada e registada em nome da Associação de Regantes de Mafuiane, sem prejuízo, porém, disposto no número seguinte.

Três) O sistema de regadio, implantado no terreno acima descrito, bem como as infraestruturas de rega, drenagem, equipamento e demais componentes do sistema de regadio incluindo as estações de bombagem nele instalados, continuam a pertencer ao Fundo para o Desenvolvimento da Hidráulica Agrícola (FDHA), Instituto Público criado pelo Decreto número vinte e cinco de Outubro de mil novecentos e noventa e dois, que financiou e promoveu a sua construção e que concede à Associação de Regantes

## ARTIGO SEGUNDO

do humano e Regantes de Mafuiane é camponeses oriundos do sistema implantado na zona de Mafuiane. A Associação ocupará a área e procederá ao seu uso beneficiando do sistema de infraestruturas de rega e de drenagem na zona em plena conformidade com o regulamento da Associação.

## CAPITULO II

## Objetivos e funções

## ARTIGO TERCEIRO

A Associação de Regantes de Mafuiane é pessoa colectiva de direito privado de personalidade jurídica, administrativa, financeira e patrimonial, não tem por fim o lucro dos associados. A Associação de Regantes de Mafuiane tem sede social em Mafuiane, município de Mafuiane, província de Maputo, e a sua actividade ao território.

A duração é por tempo indeterminado, iniciando-se o seu início a partir da constituição.

## ARTIGO QUARTO

## Objetivos

Os objectivos da Associação de Regantes de Mafuiane são:

a) a gestão e aproveitamento do sistema de regadio, a tutela do solo, a tutela das áreas de exploração agrícola e dos recursos hídricos, por forma a garantir o rendimento e a distribuição de água em moldes racionais e equitativos conforme projecto de exploração;

b) a manutenção, reparação e melhoria das infraestruturas, equipamentos e recursos hídricos, de modo a assegurar o funcionamento contínuo do sistema de regadio e uma exploração eficiente;

c) a operacionalidade, manutenção e reparação das infraestruturas, equipamentos e componentes do sistema de regadio e, bem assim, promover e apoiar a operacionalidade da estação de bombagem; d) a promoção da sustentabilidade e da produtividade do sistema de regadio; e) a promoção, protecção e defesa dos interesses comuns dos seus associados, incluindo o funcionamento comum do sistema de regadio e a utilização conjunta dos meios e infraestruturas; f) a formação e assistência técnica aos associados de forma a assegurar um correcto funcionamento do sistema de regadio; g) a vigilância sobre as infraestruturas de drenagem e de rega do sistema de regadio;

h) estabelecer critérios e apresentar recomendações sobre a utilização do sistema de regadio para fins agrícolas;

i) Colaborar com outras organizações e entidades na materialização das medidas previstas na lei de terras, na lei de águas e respectivos regulamentos.

Quatro) Os camponeses interessados podem interpretar recurso para a assembleia geral em caso de recurso de admissão.

ARTIGO QUINTO  
Direitos dos membros  
No prosseguimento dos seus objectivos, a Associação de Regantes de Mafuiane propõe-se fundamentalmente:

- Apoiar o desenvolvimento das actividades de exploração agrícola dos seus associados;
- Representar os seus associados em todos os assuntos de interesse comum relacionados com os objectivos da Associação que devem ser submetidos a apreciação e decisão das entidades públicas e privadas;
- Apresentar proposta sobre programa e projectos de drenagem e rega;
- Formular o regulamento de rega e a demais regulamentação;
- Organizar, regular e dirigir as operações de bombagem, a utilização de condutas, válvulas, hidrantes, bem como regular e administrar os sistemas internos de irrigação, caudal de água e dos demais bens e sistemas afins;
- Garantir o pagamento da jóia, taxas e demais contribuições periódicas eventualmente devidos pelos associados.

## CAPITULO III

## Associados

## ARTIGO SEXTO

## Membros

São membros da Associação de Regantes de Mafuiane todos aqueles que outorgarem na escritura de constituição da associação e os que constam da lista anexa a esta mesma escritura e, bem assim, as pessoas singulares que posteriormente sejam admitidos por deliberação da assembleia geral desde que se conforme com as cláusulas destes estatutos e se obriguem a cumprir as obrigações neles prescritas.

## ARTIGO SÉTIMO

## Admissão de membros

Um) O pedido de admissão deve ser feito, por escrito pelos camponeses que:

- Pretenda beneficiar do sistema de regadio e das demais infraestruturas que rega e drenagem implantadas na região de Mafuiane e destinadas a servir as diversas parcelas do terreno descrito e cumulativamente;
- Se obrigue a cumprir tudo quanto esteja ou venha a ser regulamentado pela Associação nos mais diversos domínios, designadamente utilização do sistema de regadio, drenagem e infraestruturas e aproveitamento da terra distribuída.

Dois) O pedido de admissão, que só poderá ser aprovado desde que exista parcela de terreno livre, será decidido pela comissão de gestão, preenchidos que estejam os requisitos legais.

Três) Os membros só entram no gozo dos seus direitos após o pagamento da jóia e da primeira quota e das demais contribuições eventualmente previstas.

## ARTIGO OITAVO

## Direitos dos membros

Um) Todos os membros da Associação têm direito a:

- Participar e votar em todas as assembleias gerais;
- Eleger e ser eleito para os órgãos da associação;
- Auferir dos benefícios das actividades ou serviços da associação;
- Utilizar todos os serviços associativos, usar os bens da associação que se destinem a utilização comum dos associados nos termos e condições dos respectivos regulamentos, nomeadamente do Regulamento de Rega;
- Gozar e fruir dos outros direitos que se inscrevam nos objectivos e funções definidos nos presentes estatutos;
- Ser informado das actividades prosseguidas pela associação, consultar documentos e outro material de informação, bem como receber as publicações que sejam editadas;
- Verificar as contas da associação;
- Recorrer ao órgão de arbitragem como o fim de resolver diferendos entre os associados ou entre estes e a associação;
- Sair voluntariamente da associação desde que não esteja em falta perante esta no que concerne a responsabilidades financeiras assumidas.

Dois) O membro que sair voluntariamente da Associação perde todos os seus direitos associativos, incluindo o direito de usar e aproveitar a terra e beneficiar do sistema de regadio e dos demais serviços associativos.

O pedido de saída deve ser apresentado por escrito e ficar a constar dos registos da associação.

## ARTIGO NONO

## Deveres dos membros

Constituem deveres dos membros:

- Pagar a jóia e a quota mensal desde o mês da sua admissão, e bem assim as taxas e demais contribuições periódicas que eventualmente venham a ser fixadas com o objectivo de custear as despesas de exploração do sistema de regadio e do funcionamento em geral da Associação;
- Observar as disposições estatutárias e da demais regulamentação, e cumprir as deliberações dos órgãos sociais;
- Contribuir para o bom nome e desenvolvimento da associação e para a realização dos seus objectivos;
- Exercer os cargos para que seja eleito ou nomeado, com competência, zelo e dedicação;
- Prestar contas das tarefas e responsabilidades de que for incumbido;
- Dar a conhecer a associação qualquer dado necessário para fins estatísticos ou de estudo;
- Comunicar a associação, qualquer alteração sobre o seu domicílio.

**Exclusão da membros**

- Um) Serão excluídos, após advertência prévia, os membros da associação que:
  - a) Não cumprirem com o estabelecido nestes estatutos e, designadamente, não observarem escrupulosamente tudo quanto estiver prescrito nos diversos regulamentos;
  - b) Não realizarem o correcto uso e aproveitamento do sistema de regadio, drenagem e infraestruturas que são propriedades da Associação e dos demais bens que pertençam a esta;
  - c) Faltarem ao pagamento da jóia, das quotas mensais ou taxas por um período a fixar em regulamento;
  - d) Ofenderem o bom nome ou prestígio da Associação ou dos seus órgãos ou praticarem actos que causem prejuízos a estes.

Dois) É da competência da comissão de gestão advertir os associados que estejam a faltar ao cumprimento dos seus deveres.

Três) A exclusão da qualidade de membro é decidida em assembleia geral, produzindo a exclusão os mesmos efeitos produzidos pela saída voluntária do membro da Associação.

Quatro) Excluído um membro, a parcela que vinha ocupando será atribuída pela Associação a um outro seu membro ou a terceira pessoa que se tenha candidatado a membro e cuja admissão seja tenha sido aprovada.

**ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO**  
**Morte do membro**

Compete também à Associação definir em regulamento as regras de substituição de um membro por outro, em caso de morte ou de incapacidade daquele.

**CAPÍTULO IV**

**Património e fundos associativos ano económico**

**ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO**  
**Património social**

- O património da associação é constituído por:
  - a) Bens móveis que sejam sua propriedade;
  - b) Saldos positivos do exercício social;
  - c) Donativos, legados, subsídios e quaisquer outras contribuições do Estado ou de entidades nacionais ou estrangeiras, públicas, mistas ou privadas.

**ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO**  
**Receitas**

- As receitas da associação são constituídas por:
  - a) O produto das jóias, quotas e quaisquer outras contribuições ou taxas pagas pelos membros;
  - b) Os rendimentos dos bens móveis e imóveis integrados no património social é, bem assim, as receitas provenientes de taxas por aluguer ou utilização pelos associados do sistema de regadio e de infraestruturas do FDHA.

**ARTIGO DÉCIMO QUARTO**

**Ano económico**

O ano económico termina a trinta e um de Dezembro de cada ano. O balanço anual deve ser apresentado pela comissão de gestão e é aprovado até ao fim do mês de Março do ano seguinte.

**CAPÍTULO V**

**Órgãos da associação**

**ARTIGO DÉCIMO QUINTO**

**Órgãos sociais**

- Um) Os órgãos da Associação são os seguintes:
  - a) Assembleia geral;
  - b) Comissão de gestão;
  - c) Conselho fiscal.

Dois) A associação pode criar órgãos técnicos consultivos.

**ARTIGO DÉCIMO SEXTO**

**Assembleia geral**

Um) A assembleia geral é o órgão superior da associação constituída pela reunião de todos os associados, sendo as suas deliberações obrigatórias.

Dois) Cada associado tem direito a voto.

Três) A assembleia geral delibera por maioria de votos dos associados presentes ou representados, nenhum associado poderá representar mais do que um sócio.

**ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO**

**Convocação e presidência da assembleia geral**

Um) A convocação da assembleia geral será feita por aviso aos associados afixado na sede da associação, assinado pelo respectivo presidente, com pelo menos oito dias de antecedência.

Dois) Do aviso convocatório deve constar sempre a ordem de trabalhos, a data, hora e local de reunião, em primeira e em segunda convocação.

Três) A convocação da assembleia geral deverá ser obrigatoriamente feita a pedido da comissão de gestão, do conselho fiscal ou de um terço pelo menos dos associados.

Quatro) A assembleia geral elegerá de entre os associados um presidente que dirigirá os respectivos trabalhos.

O mandato do presidente da assembleia geral é de um ano renovável por períodos iguais.

**ARTIGO DÉCIMO OITAVO**

**Atribuições**

Compete à assembleia geral:

- a) Eleger o presidente da assembleia geral, a comissão de gestão e conselho fiscal;
- b) Apreciar e votar anualmente o relatório e as contas anuais da comissão de gestão e o relatório do conselho fiscal e o programa de actividades, bem como deliberar sobre quaisquer outros assuntos, desde que previamente inscritos na ordem de trabalhos;
- c) Eleger e demitir os membros dos órgãos sociais;

d) Aprovar o orçamento anual, bem como as modificações que se tornarem necessárias durante a sua execução;

e) Aprovar o valor da jóia, das quotas mensais e das taxas e contribuições a pagar pelos associados, mediante propostas da comissão de gestão;

f) Aprovar regulamentos e exercer demais competências que lhe sejam cometidas pelos estatutos.

**ARTIGO DÉCIMO NONO**

**Funcionamento da assembleia geral**

Um) A assembleia geral reúne-se ordinariamente uma vez por ano para apreciar e votar o balanço e as contas do exercício anterior, e deliberar sobre outros assuntos desde que previamente inscritos na ordem de trabalhos.

Dois) A assembleia geral reunirá extraordinariamente sempre que necessário, devendo ser convocada nos mesmos e precisos termos que a assembleia em reunião ordinária.

Três) Cada associado poderá delegar por escrito em outro membro para o representar nas reuniões da assembleia geral.

Quatro) As reuniões da assembleia geral serão válidas em primeira convocação com a presença de metade dos sócios em pleno gozo dos seus direitos e, em segunda convocação, com qualquer número dos membros presentes.

Cinco) As deliberações da assembleia geral são tomadas por maioria simples de voto, com ressalva das deliberações sobre alteração dos estatutos e dissolução e liquidação da associação que deverão obter uma maioria de três quartos dos membros presentes.

**ARTIGO VIGÉSIMO**

**Comissão de gestão, natureza e composição**

Um) A comissão de gestão é o órgão executivo da associação, sendo constituído por:

- a) Um presidente;
- b) Um vice-presidente;
- c) Um tesoureiro;
- d) Seis vogais.

Dois) Os membros da comissão de gestão são eleitos por um período de dois anos renovável por períodos iguais.

**ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO**

**Impedimentos de elegibilidade**

Não podem ser eleitos como membros da comissão de gestão:

- a) Os menores e os interditos;
- b) Os que se encontram condenados a prisão maior, salvo se beneficiarem de amnistia ou perdão;
- c) Os funcionários públicos que atualmente exercam funções de controlo ou de vigilância sobre a actividade da associação;
- d) O pessoal administrativo ao serviço da associação;
- e) As pessoas que sejam mandatárias ou que executem obras ou serviços que qualquer directamente ou indirectamente posta pessoa, na qual participam.

O VIGÉSIMO SEGUNDO  
da comissão de gestão

comissão de gestão

administrar as actividades da  
ciação com os máis amplos  
com vista à realização dos  
objectivos.

he em particular:

o cumprimento das dispo-  
sições estatutárias dos regu-  
lamentos e das deliberações da  
assembleia geral;

o preparar e submeter ao conselho fi-  
scal para a aprovação da assem-  
bleia geral o relatório, balanço e  
contas anuais, bem como o pro-  
gramma de actividades e orçamento  
do ano seguinte;

o administrar todos os bens necessários ao  
funcionamento da associação e alie-  
nados que sejam disponíveis, bem  
como contratar pessoal ou servi-  
ços para ou da associação;

o separar a associação em quais-  
quer actos ou contra-actos perante as  
tribunaes ou em juízo;

o administrar o património e os fun-  
dos associativos, e contratar emprés-  
timos.

o Os membros das comissões  
permanentes, se vierem a ser criadas;  
o preparar os regulamentos que se  
requerem necessários, submetendo-  
os à aprovação da assembleia ge-  
ral.

o Exercer as demais competências que  
sejam cometidas pelos esta-  
tuos.

O VIGÉSIMO TERCEIRO

funcionamento da comissão de gestão

A comissão de gestão será presidida  
pelo presidente que dirigirá as respectivas  
reuniões e tem voto de qualidade.

A comissão de gestão reúne uma  
vez por mês, podendo, porém, reali-  
zar outras reuniões sempre que

O VIGÉSIMO QUARTO

atribuições do conselho fiscal

O conselho fiscal é órgão social de  
certificação das contas, compe-

ntizar a administração da asso-  
ciação verificando a situação do

o convocar a assembleia geral um  
mês antes de parecer sobre o balanço,  
contas e orçamentos anuais;

o emitir parecer sempre que o entender  
necessário os livros de escrita da  
associação.

o A associação tem a facilidade de  
contratar contabilista, se tal for neces-  
sário.

O VIGÉSIMO QUINTO

atribuições do conselho fiscal  
funcionamento

O conselho fiscal é composto por  
três membros eleitos anualmente, um dos  
quais é o presidente com voto de  
qualidade.

o Os membros são eleitos por manda-  
to dos associados.

Dois) O conselho fiscal só poderá delibe-  
rar com a presença da maioria dos seus  
membros devendo realizar, pelo menos, uma  
sessão anual para apreciação do relatório,  
balanço, contas e orçamento apresentados  
pela comissão de gestão.

CAPÍTULO VI

Disposições finais

ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO

Dissolução

Constituem causas de dissolução:

a) Deliberação da assembleia geral, reu-  
nida em sessão extraordinária, e  
tomada por maioria de três quar-  
tos dos votos que decidirá o des-  
tino a dar aos bens da associação  
nos termos da lei;

b) Decisão judicial;

c) Nos casos previstos na lei.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO

Liquidação do património

A liquidação do património social só po-  
derá ser feita por uma comissão de cinco  
associados a designar pela assembleia geral.

Na liquidação, dever-se-á sujeitar o direito  
de propriedade do Fundo para o Desenvol-  
vimento da Hidráulica Agrícola sobre os  
bens descritos no artigo um, seu numero  
três.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO

Resolução do diferendo

Os conflitos entre os membros ou entre  
estes e os órgãos sociais poderão ser deci-  
dados por uma comissão de arbitragem no-  
meada pela comissão de gestão, ou pela  
assembleia geral no caso da comissão de  
gestão ser parte directamente interessada no  
conflito.

Quanto não for possível resolver os dife-  
rendos a este nível, poder-se-á recorrer à  
via judicial.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO

Assembleia constituinte

Enquanto não estiverem criados os órgãos  
sociais, os outorgantes da presente escritura  
escolherão, de entre eles, três membros para  
exercerem provisoriamente as competências  
da comissão de gestão.

Caberá a tais membros convocar a assem-  
bleia geral dos associados para eleger os  
órgãos sociais, devendo tal assembleia geral  
realizar-se no prazo máximo de seis meses.

Assim o disse e outorgou.

Instrue o presente acto uma certidão nega-  
tiva passada pela Conservatória dos Registos  
Comercial e Predial de Maputo em dezasseis  
de Maio de mil novecentos e noventa e  
quatro.

Esta escritura foi lida em voz alta e  
explicado o seu conteúdo e efeitos legais na  
presença simultânea dos intervenientes que  
vão assinar comigo seguidamente.

Assinados: *Alberto Uaquisso Marane. —  
Danhane Henrique Oana — Martins Nguen-  
ha — Jaime Mazuze — Muzungo Salazar Fi-  
lipe Cossa — Emerciana Siphondo — Hordóio  
Pedro Muiwane — Armando Uamba — Fran-  
cisco Matusse — Oíllia Tomás da Conceição  
Timana.*

A Substituta do Conservador, *Madalena  
André Bucuane Monjane.*

Certifico, para efeitos de publicação, que  
por escritura de dezoito de Julho de mil  
novecentos e noventa e quatro, exarada de  
folhas número um a folhas dezoito do livro  
de notas para escrituras diversas desta Con-  
servatória dos Registos e Notariado da Ma-  
tola, a cargo da substituta do conservador  
Madalena André Bucuane Monjane, foi cons-  
tituída uma associação por quotas de respon-  
sabilidade limitada entre os senhores Alberto  
Uaquisso Marane, Danhane Henrique Omu-  
na, Martins Gueha, Jaime Mazuze, Mu-  
zungo Salazar Filipe Cossa, Armando Uamba,  
Francisco Matusse, Oíllia Tomás da Concei-  
ção Timana, que se regerá pelas cláusulas  
dos artigos atrás mencionados.

Está conforme.

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

Matola, oito de Agosto de mil novecentos  
e noventa e quatro. — O. Ajudante (*Illegível*).

## ANEXO VII

Tabela: Mudança de títulos de propriedade de parcelas dentro do regadio (1997-1998)

Mudanças na ocupação das parcelas - Índice de Estabilidade, período de 1997-8.

MAFUIANE	A	B	C	D	total	%/total	repartição
N.º DE MUDANÇAS	0	8	3	5	16	55%	100%
CAUSA							
* HERANÇA		0	1	1	2		13%
* VENDA LEGALIZADA PELA ASSOCIAÇÃO		6	1	0	7		44%
* PASSAGEM DE PARCELA ATRAVES DA ASSOCIAÇÃO		2	1	4	7		44%
PROVENIENCIA DO NOVO MEMBRO							
* DISTRITO		0	1	1	2		13%
* CIDADE		3	2	2	7		44%
* MAFUIANE		5		2	7		44%

COEFICIENTE MEDIO ANUAL DE ESTABILIDADE (I) 0,70

Fonte: República de Moçambique e República Italiana, 1998, p. 51.

ANEXO VIII  
Guião de entrevistas

## QUESTIONÁRIO

### Parte I

#### Questões inerentes à contextualização: período anterior à instalação do regadio

1. Bom dia/ boa tarde
2. Como se chama?
3. De que zona é proveniente?
4. É casado/ têm filhos?
5. Tinha alguma machamba em sequeiro?/ onde?
6. O que produzia na machamba?
7. Contratava mão-de-obra para a produção? Quem trabalhava na machamba?
8. Qual era o destino da produção?
9. Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas na produção em sequeiro?
10. Pratica outra actividade para além da agricultura?
11. A guerra teria influenciado na produção agrícola?

### Parte II

#### Questões ligadas à integração dos camponeses na produção agrícola em regadio: período da gestão do regadio pelo projecto.

1. Como é que obteve a terra no regadio?
2. Que destino deu a machamba de sequeiro?
3. Tinha alguma prática de cultivo em regadio?
4. Quem instruiu o cultivo em regadio?
5. O que produzia na machamba?
6. Onde conseguiu os insumos agrícolas?
7. Havia um sistema de crédito? Quem fornecia e como se processava?
8. Beneficiou de serviços de extensão agrícola? Quem disponibilizava?
9. Precisou de contratação de mão-de-obra?
10. Onde comercializava?
11. Obtinha rendimentos satisfatórios na produção em regadio?

12. o que fazia com os rendimentos conseguidos?
13. Quais foram as maiores dificuldades enfrentadas dentro do regadio?

### **Parte III**

#### **Questões inerentes ao final do projecto e entrega da gestão do regadio à ARMAF**

1. Com a entrega da gestão do regadio à ARMAF teve dificuldades em continuar a produção? Especifique as dificuldades.
2. Como conseguia o crédito e os insumos agrícolas?
3. Quem executava os serviços de extensão agrícola?
4. A quem passou a pagar a taxa de água?
5. O que acontecia caso não cumprisse com o pagamento da taxa de água?
6. Conhece alguns camponês que foi confiscada a parcela?
7. A quem eram atribuídas as parcelas confiscadas?
8. Que tipo de cultura passou a cultivar? Onde comercializava?
9. Obtinha rendimentos comparativamente ao período do projecto?
10. Passou a praticar outra actividade extra-agrícola?
11. Quais foram as dificuldades que passou a enfrentar neste período?
12. Houve algum apoio para minimização das dificuldades?

### **Parte IV**

#### **Questões direccionadas à ARMAF**

1. Quando foi constituída a ARMAF e qual foi o objectivo?
2. A ARMAF terá beneficiado de algum fundo para o seu funcionamento?
3. Qual era a posição da ARMAF para os camponeses devedores?
4. Terá havido alguma reforma para a resolução dos problemas enfrentados pela ARMAF?
5. Por acaso terá beneficiado das reformas anunciadas em 2003 pelo MADER convista a dinamização das Associações dos Regantes?

## **Parte V**

### **Questões direccionadas aos técnicos do MADER**

1. Terá havido um trabalho de sensibilização antes da instalação do regadio?
2. Terá sido difícil a integração dos camponeses no cultivo em regadio tendo em conta que culturalmente estes dominam a cultura de sequeiro?
3. O que significou para os camponeses o final do projecto e entrega da gestão do regadio à ARMAF?
4. Qual foi grau de disponibilidade dos serviços de extensão agrícola após o final do projecto?
5. O que nos pode informar sobre as reformas do sector hidro-agrícola anunciadas pelo MADER em 2003.